

### 3. Sobre o elemento obsolescência da alienação flexível: as transformações do proletariado

#### 3.1 O compromisso fordista

Segundo Ricardo Antunes, em *Os Sentidos do Trabalho*, nas últimas décadas a sociedade contemporânea vem experimentando mudanças profundas, entre elas uma reestruturação produtiva, caracterizada, por sua vez, pela *acumulação flexível*, o que tem gerado profundas transformações no interior do mundo do trabalho. São elas: o desemprego estrutural, o enorme contingente de trabalhadores em condições precarizadas, lançados no mundo da informalidade (desprovidos de qualquer direito e estabilidade) e a degradação geometricamente crescente da relação entre homem e natureza. Porém, para entender estas conseqüências, é necessário antes abordar brevemente a crise da forma anterior de acumulação, conhecida como fordista, no intuito de compreender a passagem e a diferença de uma acumulação, por assim dizer, “rígida” para uma forma de acumulação flexível de trabalho.

Alain Bihr, no seu livro *Da Grande Noite à Alternativa*, observa que o conceito de fordismo surge dos trabalhos de economistas franceses realizados na segunda metade da década de 70. Tais trabalhos tinham como objetivo analisar a maneira pela qual se estruturava o capitalismo no período pós-guerra, sobretudo para compreender como foi possível um período de três décadas de crescimento econômico quase sem interrupções. O conceito nasce, então, fortemente comprometido com o *economicismo*, tendo em vista que em suas análises se privilegia as transformações econômicas em detrimento das transformações sociais, institucionais e ideológicas presentes no capitalismo pós-guerra, principalmente em virtude de um quase desconhecimento da luta de classes, o que, em grande medida,

explica a crise final do fordismo e a sua substituição pelo *toyotismo* (conforme será visto adiante)<sup>74</sup>.

O fordismo, então, teve como principal característica o compromisso entre a burguesia e o proletariado que resultou da crise estrutural dos anos 30 e 40. Contudo, este compromisso não surgiu do acordo entre vontades livres, afirma Alain Bihr, pois foi imposto pela própria lógica do desenvolvimento do capital às duas partes nele envolvidas. Este compromisso, também, não foi produzido conscientemente pelas duas classes, mas produzido, muitas vezes cegamente, depois de árduas e incertas lutas, não sendo, por conseguinte, fruto de negociações, barganhas e discussões entre a burguesia e o proletariado; estas, ao contrário, só vieram depois do referido compromisso e justamente para preencher as suas lacunas.

O compromisso fordista também não resultou diretamente do acordo entre os membros de suas classes, mas do intermédio de instituições e organizações, ou seja, de organizações sindicais e políticas do operariado e organizações do patronato, com o Estado entre elas como juiz e, ao mesmo tempo, como parte interessada em defender os interesses do capital para arbitrar o conflito. Como consequência desta configuração de força, tem-se uma alternância no poder estatal entre coalizões predominantemente social-democratas e coalizões de partidos burgueses.

Como última característica, o compromisso fordista significou uma espécie de imensa barganha tanto para o proletariado quanto para a burguesia, pois enquanto o proletariado teve que “abrir mão” de sua “aventura” revolucionária, a burguesia teve de lhe fornecer a garantia de sua “seguridade social”. Cabe observar, neste momento, que as análises de Alain Bihr se restringem aos países capitalistas avançados. Mas, com isso, não se quer dizer que não houve garantias para o operariado nos países periféricos, sobretudo naqueles que conheceram, a partir da década de 60, uma industrialização. O que se pretende, então, afirmar é que estas garantias ocorreram

---

<sup>74</sup> Sobre o fordismo Ricardo Antunes escreve: “*fundamentalmente* como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e dos movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre *elaboração* e *execução* no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do *operário-massa*, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões”. ANTUNES, R., *Adeus ao Trabalho?*, p. 25

num âmbito econômico muito mais restrito do que os dos países centrais, ainda que tenham sido obtidas por meio de muita luta, principalmente no final da década de 70 e durante quase toda a década de 80<sup>75</sup>. Contudo, esta restrição econômica ditou os limites destas garantias, tornando-as muito menos abrangentes e, pecuniariamente, vantajosas, ainda que suficientes para uma certa acomodação da classe operária destes países. Mas o que significa renunciar à aventura histórica, Alain Bihr responde:

É renunciar à luta revolucionária, à luta pela transformação comunista da sociedade; renunciar à contestação à legitimidade do poder da classe dominante sobre a sociedade, especialmente sua apropriação dos meios sociais de produção e as finalidades assim impostas às forças produtivas. É, ao mesmo tempo, aceitar as novas formas capitalistas de dominação que vão se desenvolver no pós-guerra, ou seja, o conjunto das transformações das condições de trabalho e, em sentido mais amplo, de existência que o desenvolvimento do capitalismo vai impor ao proletariado nesse período<sup>76</sup>.

Mas foi precisamente essa renúncia que propiciou ao proletariado, de maneira geral, a sua seguridade social, isto é, a satisfação de alguns de seus interesses mais imediatos, a saber: uma relativa estabilidade no emprego, uma melhora no seu nível de vida, uma redução do seu tempo de trabalho e, por fim, uma relativa satisfação de um certo número de suas necessidades fundamentais como, por exemplo, habitação, saúde, educação, formação profissional, cultura, lazer etc. Some-se a isso o acesso a direitos políticos e sociais garantidos pelo Estado, abrindo, assim, um acesso ao proletariado a uma vida aceitável e suportável, ainda que não agradável.

---

<sup>75</sup> Beverly J. Silver escreve no prefácio à edição brasileira do seu livro *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*: “Embora fosse verdade que os movimentos de trabalhadores estivessem em crise em boa parte dos países centrais, movimentos trabalhistas bastante similares surgiram em países onde houve uma rápida industrialização durante os anos de 1970 e 1980, como Espanha, Brasil África do Sul e Polônia. Em muitos casos, o capital industrial havia sido atraído para esses países com promessas de mão-de-obra barata e controlável. Contudo, em menos de uma década, surgiram novos movimentos operários no seio da indústria de produção em massa. Tais movimentos obtiveram não apenas o reconhecimento dos sindicatos independentes (em lugares onde estes eram proibidos), como também foram importantes na derrubada de regimes autoritários e na ampliação/aprofundamento dos processos de democratização. A análise desse padrão recorrente – expansão industrial seguida do surgimento de movimentos trabalhistas fortes – levou-nos a uma das principais teses deste livro: ‘para onde vai o capital, o conflito vai atrás.’”. SILVER, B. J., *Forças do Trabalho*, p. 11.

<sup>76</sup> BIHR, A., *Da Grande Noite à Alternativa*, p. 37.

No entanto, Alain Bihr observa que esse compromisso traz em si uma ambivalência para a classe dominante, porque ao mesmo tempo que lhe proporciona uma trégua de toda luta revolucionária do proletariado das primeiras décadas do século XX, ele também significa que o controle do trabalho não pode ser mais absoluto, tendo em vista que concede ao trabalhador o direito de negociar as condições de sua dominação. Deste modo, foi possível ao proletariado reconhecer o seu controle heterônomo por parte do capital na medida em que este possibilitou, em contrapartida, a realização de seus interesses mais imediatos, limitando-lhe, por via de consequência, não só o seu controle sobre a produção, mas também o seu impulso à expansão e à acumulação<sup>77</sup>.

---

<sup>77</sup> István Mészáros escreve: “Em sua mais íntima determinação, o sistema do capital está totalmente *orientado para expansão* – o que significa que está voltado nessa direção a partir de seu próprio ponto de vista objetivo – e *é impelido pela acumulação*, em termos da necessária *instrumentalidade* de seu objetivo projetado. É a mesmíssima correlação que aparece (e deve aparecer), do ponto de vista subjetivo das personificações particulares do capital, exatamente ao inverso – ou seja, eles devem apresentar seu sistema como *voltado para a acumulação e impelido pela expansão*.” MÉSZÁROS, I., *Para Além do Capital*, p. 138.

### 3.2 Sobre a gestão fordista da produção

Com o advento do fordismo, a própria dinâmica da organização e gestão da produção se transforma a partir do surgimento de dois novos princípios de organização do trabalho: o *taylorismo* e a *mecanização do processo de produção*. O primeiro tem o seu termo extraído do seu inventor, o engenheiro norte-americano Taylor, uma vez que foi este que idealizou e realizou uma organização da produção calcada na estrita separação entre concepção e execução. Esta última, por sua vez, ainda sofria mais uma parcialização, visto que cada operário deveria executar uma tarefa específica que se reduzia à constante reprodução de alguns gestos. O segundo, a mecanização do processo de trabalho, caracterizou-se pela existência da produção de um sistema de máquinas garantidor da unidade do processo de produção parcializado, ditando o ritmo e os gestos do operário.

No entanto, a gestão e a organização da produção só foi possível através de uma apropriação do saber intelectual e da habilidade do produtor necessários à manipulação da ferramenta e da máquina, habilidade e saber que o operário de ofício possuía com orgulho, pois lhe servia para se contrapor ao controle capitalista do processo de produção. O controle taylorista, então, é monopolizado e centralizado no *staff* administrativo ou, quando possível, no próprio sistema de máquinas, organizado e gerindo a produção ao criar, por conseguinte, uma maior dependência do operário em relação aos seus controladores, ou administradores, agora exteriores à produção. Entretanto, esta configuração gestora da produção não se estabeleceu sem resistência por parte dos operários de ofício, sendo necessárias as situações de exceção produzidas pela Primeira Guerra Mundial para que pudesse se estabelecer. São exemplos destas situações de exceção: a centralização do comando capitalista, a militarização da organização do trabalho nas indústrias, a introdução da mão-de-obra feminina simultaneamente menos qualificada e menos combativa.

Em virtude destas mudanças, a exploração capitalista do trabalho se intensifica, uma vez que a parcialização e a especialização da atividade de cada operário aumenta a sua destreza e, como conseqüência, a eficiência é implementada

com a redução do tempo morto de produção, ou seja, aquele tempo desperdiçado durante o processo de produção. Todavia, esta intensificação da produção acarretou um desenvolvimento das forças produtivas sem considerar o quanto cada setor produtivo podia produzir, assim como a capacidade real de consumo da população, no que resultou na crise de superprodução dos anos 20.

No curso dessa década, com base em uma primeira onda de taylorização e de mecanização fordista, a produtividade do trabalho cresce em ritmo, em média de 6% ao ano nas economias capitalistas ocidentais (principalmente os Estados Unidos), rompendo com o fraco crescimento da ordem de 2% que conhecera até então. Mas, simultaneamente, por sua vez, os salários operários continuam a crescer em média apenas 2% , seguindo a longa tendência iniciada em meados do século XIX. Nessas condições, os lucros podem atingir picos históricos (da ordem de 30% a 35%), levando a um “*boom* especulativo” sem precedentes entre 1926 e 1929. Esses “anos loucos” iriam desembocar, entretanto, inevitavelmente no *crash* de 1929-1930, expressão direta no plano financeiro da crescente distorção entre as capacidades de produção acumuladas e a demanda solvente, que essa primeira tentativa de um regime com características predominantemente intensiva não soubera desenvolver<sup>78</sup>.

Este fato é um interessante exemplo daquilo que István Mészáros chamou de a incontrolabilidade do capital, resultado da sua inevitável resistência a qualquer planejamento ou limite.

Antes de mais nada, é necessário insistir que o capital não é simplesmente uma “entidade material” – também não é (...) um “mecanismo” racionalmente controlável, como querem fazer crer os apologistas do supostamente neutro “mecanismo de mercado” (a ser alegremente abraçado pelo “socialismo de mercado”) – mas é, *em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico*. A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa estrutura “*totalizadora*” de controle à qual tudo o mais, inclusive os seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva”, ou perecer, caso não consiga se adaptar<sup>79</sup>.

---

<sup>78</sup> BIHR, A., *Da Grande Noite à Alternativa*, p. 41.

<sup>79</sup> MÉSZÁROS, I., *Para Além do Capital*, p. 96.

Em outras palavras, o capital, embora consiga controlar o sociometabolismo da sociedade ao controlar a sua atividade produtora e, com isso, a relação entre os seres humanos entre si e entre os seres humanos e a natureza, ele mesmo, o capital, não consegue controlar sua tendência à expansão e ao acúmulo, não conseguindo se submeter a uma racionalidade, ainda que esta seja do seu interesse. O caso apontado por Alain Bihr, a crise da superprodução dos anos 20, pode ser pensado como um exemplo da incontrollabilidade do capital, ou da sua incapacidade de se autocontrolar, uma vez que esta crise nasce precisamente da incapacidade do capital de pôr limites à sua produção, adaptando-a ao consumo possível naquela época. É importante notar que esta incapacidade não nasce por acaso, mas é resultado necessário da lógica do capital em sua busca rentista.

A crise dos anos trinta, portanto, marca os limites daquela onda taylorista de produção, cuja principal característica era a implementação de uma extração intensiva de mais-valia. O limite mais claro desta crise se manifesta na impossibilidade de o capital promover um aumento da produtividade sem a criação e ampliação de um correspondente mercado consumidor, para o qual, entre outras demandas, um aumento do salário real do trabalhador é a mais urgente, sendo, inclusive, neste período que Henry Ford aumenta o salário diário de seus operários de 3 para 5 dólares. Em suma, a crise dos anos 20 e 30 colocava como condição para o capital que os ganhos resultantes do aumento da produtividade tinham que ser divididos, ainda que não equitativamente (é claro), entre lucro e salário, capital e proletariado. Esta divisão teve três conseqüências: a criação de um salário mínimo que possibilitasse uma norma de consumo considerada irredutível, o estabelecimento de práticas de negociação coletiva por ramos profissionais e, em nível nacional, a criação de uma seguridade social, ou um salário indireto, ou ainda, a criação de benefícios sociais que protegessem o trabalhador dos acasos naturais ou sociais como doença, invalidez, desemprego, velhice, sobrecargas ligadas à educação dos filhos etc. Foi justamente esta seguridade social que marcou o *welfare state* ou estado de bem-estar social. Deste modo, não é possível escrever, a partir deste momento, exatamente como Marx e Engels escreviam n'A *Sagrada Família*, ou seja, o proletariado não pode ser mais simplesmente compreendido como a classe aniquilada

por sua alienação. Assim, o proletariado, a partir do fordismo, nos países capitalistas centrais e em alguns países periféricos onde ocorreu alguma industrialização (como o Brasil), também passou a usufruir de alguns benefícios que noutra época só eram acessíveis à burguesia, pois o proletariado, neste regime de extração de trabalho e produção de mercadoria, passa não só a ser dono de alguns direitos e garantias que lhe conferem uma certa estabilidade no emprego e fora dele como também se torna um consumidor. Sobre a transformação do proletariado em consumidor, Guy Debord escreve:

Na fase primitiva da acumulação capitalista, ‘a economia política só vê no proletário o operário’, que deve receber o mínimo indispensável para conservar sua força de trabalho; jamais o considera ‘em seus lazeres, em sua humanidade’. Esse ponto de vista da classe dominante se inverte assim que o grau de abundância atingido na produção das mercadorias exige uma colaboração a mais por parte do operário. Subitamente lavado do absoluto desprezo com que é tratado em todas as formas de organização e controle da produção, ele continua a existir fora dessa produção, aparentemente tratado como adulto, com uma amabilidade forçada, sob o disfarce do consumidor. Então, o *humanismo da mercadoria* se encarrega dos ‘lazer e da humanidade’ do trabalhador, simplesmente porque agora a economia política pode e deve dominar essas esferas *como economia política*. Assim, ‘a negação total do homem’ assumiu a totalidade da existência humana<sup>80</sup>.

Portanto, o fordismo, com o seu compromisso, fornece a base econômica de uma realidade social e de uma ideologia que embaralha e oculta aquela cisão fundamental entre proletariado e capital, que talvez fosse mais clara no período histórico em que Marx e Engels viveram. No entanto, não se trata aqui de corrigir Marx e Engels, mas, ao contrário, o que se pretende é entender a referida cisão numa realidade social de extração de trabalho fordista e, depois, numa realidade social de acumulação toyotista ou flexível, ou seja, o objetivo é entender a cisão fundamental entre proletariado e capital no interior das novas formas de gestão produtiva: o fordismo e o toyotismo.

O controle externo e, por isso, heterônomo, de trabalho continuou no fordismo apesar de toda suavização que o seu compromisso trouxe para este controle. Mas, ainda que esta suavização tenha sido uma realidade, as condições alienantes

---

<sup>80</sup> DEBORD, G., *A sociedade do espetáculo*, p. 31-32.

persistiram, ou seja, o trabalhador ainda estava reduzido à condição de mercadoria, tendo em vista que ainda tinha que vender a sua força de trabalho por um salário, porque o capital continuava (e continua) a ser dono dos meios de produção, da matéria-prima para produzir e do produto final da atividade produtora. Em outras palavras, o proletariado ainda continua submetido às leis das coisas (como, por exemplo, à lei da oferta e da procura), numa condição reificante e reificada, tendo em vista que continua a ser uma mercadoria<sup>81</sup>, ainda que o compromisso fordista tenha trazido ao proletariado, como resultado de seus direitos e garantias, à condição de mercadoria durável, visto que esta durabilidade tem como causa a sua relativa estabilidade dentro e fora do emprego.

Porém, esta acomodação do proletariado à realidade capitalista do compromisso fordista não aboliu a luta de classes, ainda que, em certa medida, a tenha suavizado. Deste modo, é possível pensar aquilo que poderia ser chamado de dialética da acomodação do proletariado à nova realidade do compromisso fordista de extração e controle do trabalho, uma vez que o modelo técnico-organizacional da acumulação fordista tinha como pressuposto a aceitação por parte do proletariado da satisfação de alguns dos seus interesses mais imediatos, aqueles ligados a sua seguridade social, o que trouxe limites para o seu controle e, por via de consequência, limites para a sua taxa de lucro. Com isso, se por um lado o proletariado abriu mão de sua pretensão revolucionária, por outro, a vitória do capital - a manutenção de sua existência a partir da acomodação do proletariado no interior do capital - também não deixou de ser uma vitória de Pirro, porque são justamente estes limites ao seu controle da produção, ou seja, o seu custo com direitos, salários e seguridade social, que determinará a crise final do modelo fordista de gestão da produção.

---

<sup>81</sup> Lukács em *História e Consciência de Classe* chama à atenção sobre o fato de que não só as coisas produzidas ocultam as relações sociais que as produziram, mas que este fenômeno também tem efeito na subjetividade dos produtores ao reduzi-los à condição de mercadorias e, por conseguinte, à condição de subjetividade reificada e fetichizada, ele escreve: “A essência da estrutura da mercadoria já foi ressaltada várias vezes. Ela se baseia no fato de uma relação entre pessoas tomar o caráter de uma coisa e, dessa maneira, o de uma ‘objetividade fantasmagórica’ que, em sua legalidade própria, rigorosa, aparentemente racional e interamente fechada, oculta todo traço de sua essência fundamental: a relação entre os homens. (...) Nosso objetivo é somente chamar a atenção – *pressupondo* as análises econômicas de Marx – para aqueles problemas fundamentais que resultam do caráter fetichista da mercadoria como forma de objetividade, de um lado, e do comportamento do sujeito submetido a ela, de outro.” LUKÁCS, G., *História e Consciência de Classe*, p. 194.

Logo, houve uma integração do movimento operário à realidade fordista, ou seja, o operariado se tornou uma peça fundamental da engrenagem do capital. A estratégia dessa integração pode ser resumida em três pontos principais. O primeiro deles nasce da necessidade de as organizações constitutivas do movimento do operariado, como sindicatos, partidos e associações, conseguirem impor o que era acordado nas negociações coletivas à sua base proletária e às classes dominantes. O segundo surge do fato de que estas organizações têm de se tornar instituições não só no que se refere às suas classes, mas também diante dos capitalistas individuais e do Estado e, por isso, servem de mediadoras do conflito entre proletariado e capital. E o terceiro ponto dessa estratégia resulta da transformação destas organizações em verdadeiras co-gestoras do capital ao serem integradas paulatinamente aos aparelhos de controle capitalista sobre o proletariado e sobre a sociedade em geral. É importante dizer que esta estratégia de integração só pôde ser implementada, uma vez que teve o apoio, ainda que parcial e contraditório, do próprio proletariado.

Com a integração do proletariado a partir do compromisso fordista, outra realidade se configura: a transformação dos sindicatos em negociadores profissionais, o que, na verdade, significou uma burocratização e instrumentalização das organizações operárias.

...por definição, somente os dirigentes sindicais negociam; enfim, por implicar uma tecnicidade e um profissionalismo cada vez maiores dos negociadores (em matéria jurídica, contável ou econômica), a prática sistemática da negociação só podia favorecer as tendências à separação entre base e topo inerentes a essas organizações, a crescente autonomia das direções e a conseqüente redução das iniciativas da base, em síntese, a burocratização das organizações sindicais. Do mesmo modo, a prática de negociação favorecia ao corporativismo, uma vez que tinha tendência a se efetuar empresa por empresa ou ramo a ramo<sup>82</sup>.

Surge, então, uma nova forma de clientelismo e de corrupção, pois a burocratização separou os dirigentes sindicais de sua base, tornando-se estes membros remunerados inamovíveis e, com isso, adquirindo interesses próprios distintos daqueles da sua base.

---

<sup>82</sup> BIHR, A., *Da Grande Noite à Alternativa*, p. 48.

### 3.3 As transformações do proletariado no fordismo

Alan Bihl observa que o fordismo realizou transformações profundas no proletariado fabril. A primeira delas foi a *parcialização e a mecanização do processo de trabalho*, abolindo a antiga dupla formada pelo contramestre e seu operário não especializado, substituída por uma nova dupla constituída pelo engenheiro ou técnico, ou seja, por um dos membros do *staff* administrativo e pelo operário desqualificado, uma vez que a sua competência foi reduzida ao domínio de alguns gestos elementares a partir da taylorização.

A parcialização e a mecanização do processo de trabalho também resultaram num *desdobramento da antiga classe operária*, dividindo-a em: operários qualificados, herdeiros dos antigos operários de ofício, formando, assim, uma espécie de “aristocracia operária”, visto ser ela a grande beneficiada pelo compromisso fordista, bem representada pelos sindicatos; e a massa crescente de operários desqualificados, maiores responsáveis pela produção fabril fordista, mas pouco beneficiados pelas vantagens fora da fábrica (salário social) e mal representados e integrados nas organizações sociais. Esta divisão da classe operária se tornará ainda mais aguda com a introdução do trabalho feminino e estrangeiro, criando, assim, as condições sócio-econômicas para a eclusão de movimentos da extrema direita classista, racista e fascista no interior do próprio operariado.

Estas transformações *enfraqueceram a função sócio-econômica do proletariado fabril*, tendo em vista que o taylorismo pulverizou numa miríade de atividades a sua função de agente imediato da produção, o que, por outro lado, *dissolveu as antigas identidades profissionais* que caracterizaram o proletariado pré-fordista, ou seja, a socialização e solidariedade que constituíam a combatividade de suas organizações. Tal quadro não poderia deixar de abalar seriamente a *identidade ideológica* do proletariado, constituída no pré-fordismo pela ética no trabalho e pelo amor ao ofício (como era o caso do operário de ofício), o que possibilitava a mediação para identificação do conjunto da classe.

Outra transformação do proletariado, uma das mais importantes para esta tese, é a sua transformação de mero produtor para a condição de produtor e consumidor, implicando, assim: o desaparecimento da produção doméstica, artesanal e agrícola; na submissão do proletariado a uma média de consumo estruturada na habitação e em algumas mercadorias (automóvel e eletrodomésticos); a regularização e progressão dos ganhos salariais para tornar possível o próprio consumo através da concessão de créditos, o que é absolutamente necessário para manutenção do consumo em massa, para *standartização* da existência e para cooptação ideológica do proletariado; ena socialização do salário, ou seja, a criação de uma rede de benefícios sociais que tinham por finalidade defender o proletariado tanto das instabilidades no emprego quanto nas demais instabilidades (saúde, velhice, etc.). Em suma, o capital passa não só a controlar a produção de mercadorias e, por conseguinte, os trabalhadores, mas também o seu consumo, realizando, com isso, um controle heterônomo da produção e do consumo.

O modo de vida do proletariado sofre uma relativa privatização, isto é, o trabalhador recua de uma vida política, econômica e socialmente combativa para uma vida privada, preocupada com a sua sobrevivência e com a manutenção de seu *status* consumista, o que teve um efeito bastante nocivo para sua consciência de classe, ou seja, para a tomada de consciência de sua tarefa histórica, ao substituir os seus interesses históricos (a sua emancipação da dependência ideológica e econômica do controle externo do capital) por seus interesses mais imediatos<sup>83</sup>.

---

<sup>83</sup> Lukács define a consciência de classe da seguinte maneira: "...a consciência de classe não é a consciência psicológica de cada proletário ou a consciência psicológica da massa do seu conjunto, mas o *sentido, que se tornou consciente, da situação histórica da classe*. O interesse individual momentâneo, no qual esse sentido se objetiva aos poucos, só pode ser omitido ao preço de se fazer a luta de classes do proletariado retroceder ao nível mais primitivo do utopismo. Com efeito, esse interesse pode ter uma dupla função: ser um passo em direção à meta ou encobrir a meta. Qual dos dois será, *depende exclusivamente da consciência de classe do proletariado, e não da vitória ou fracasso de cada luta*." LUKÁCS, G., *História e Consciência de Classe*, p. 179-180. Noutro trecho ele escreve: "O trabalhador vê sua posição no processo de produção ora como algo definitivo, ora como uma forma imediata do caráter em si da mercadoria (a insegurança da oscilação diária do mercado etc.). Em contrapartida, em outras formas existe tanto a aparência de uma estabilidade (a rotina do serviço, a aposentadoria etc.) como a possibilidade – abstrata – de uma ascensão *individual* à classe dominante. Com isso, cultiva-se uma 'consciência de *status*' apropriada para impedir de maneira eficaz o surgimento da consciência de classe." Ibid., p. 347. É interessante observar que nos países capitalistas centrais o fordismo tornou real a ascensão individual do proletariado a uma vida que traz o "conforto" de uma vida burguesa, o que torna bastante relativa a afirmação de que é abstrata a possibilidade de ascensão individual à classe dominante ou, ao menos, à uma condição de conforto

Outro efeito das transformações que o fordismo realizou no proletariado foi a sua ampla mobilização geográfica e profissional, efeito do grande êxodo de trabalhadores do campo para os grandes centros urbanos causado pelo fordismo.

O fordismo não transformou apenas o proletariado, mas também a própria classe capitalista, composta, agora, pela burguesia e pelo pessoal do *staff* administrativo. O fordismo, por conseguinte, não só ampliou as fronteiras do proletariado e da burguesia, como também as embaralhou, tornando muitas vezes difícil a distinção ideológica e econômica de uma classe da outra, o que foi possível, sobretudo, através da integração econômica e ideológica dos gestores de trabalho, ainda que não possuidores dos meios de produção. Contudo, este embaralhamento não significa uma supressão das classes, mas sim uma complexificação que torna a sua identificação difícil, complicando, assim, o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento a uma classe.

Por fim, o advento do fordismo trouxe, para o proletariado, um aumento da dependência prática e ideológica em relação ao Estado através do estabelecimento do Estado de Bem-estar social, uma vez que este representa a garantia de sua seguridade social e o arbítrio e defesa dos seus direitos, isto é, o Estado se torna o gestor geral da relação salarial entre capital e proletariado.

Alain Bihr, neste momento, nota que o fordismo também criou um *sistema escolar* produzido não só por um aumento da mobilidade geográfica e profissional do proletariado, mas, sobretudo, devido a uma grande pressão política que exigia um aumento médio da formação geral e profissional. Tal fato também intensificou o rompimento dos elos do sentimento de pertencimento ao proletariado, visto que desenvolveu neste possibilidades e esperanças de promoção social.

---

semelhante a da classe dominante. Mas, é importante notar também que não só o fordismo não tinha tornado o trabalhador em um consumista na época em que *História e Consciência de Classe* foi escrito (1923), mas também que esta ascensão continua a ser uma abstração no que diz respeito aos países capitalistas periféricos, ou seja, para quase toda população mundial.

### 3.4

#### O advento do operariado-massa: dialética da massificação e revolta do operário-massa

Dessas transformações surge aquele que Alain Bihr chama de o operário-massa, a principal figura que dominou o cenário da produção fordista. Esta denominação se dá porque seu advento pressupõe uma *concentração no espaço social*, porque o processo de acumulação fordista se funda no gigantismo das unidades de produção e proliferação de conurbações industriais e comerciais. Mas esta aglomeração fabril acaba por propiciar, ao mesmo tempo, as condições para o agrupamento e organização, fundamentais à luta de classe.

O operário-massa é assim compreendido, também, devido ao processo de *homogeneização do proletariado*, pois a atividade fabril parcializou as atividades produtivas, desqualificando-as e, conseqüentemente, desqualificando o próprio operário, que passa a ter a sua força de trabalho reduzida ainda mais à condição de mercadoria intercambiável e homogênea, o que igualmente nega a sua identidade profissional própria. No entanto, esta homogeneização desembaraça o operário da estreiteza das particularidades de lugar e profissão, uma vez que se encontra desenraizado de suas identidades profissionais, criando, por conseguinte, uma abertura para o estabelecimento de elos de solidariedade de classe mais amplos. Desta configuração nasce, então, uma subjetividade mais radical, porque fundada na recusa de uma produção que massifica e expropria a sua existência.

O operário-massa possui da massa também a inércia, pois ao contrário do operário de ofício, que ainda possuía bastante autonomia na produção, aquele se vê reduzido à mera condição de peça da engrenagem do *motor-perpetuum* do capital, não passando, assim, de mero apêndice orgânico da maquinária fabril. Some-se a isso o fato de depender completamente do seu salário e do mercado capitalista, fato que, por sua vez, é agravado, também, pela concessão de crédito para o consumo, trazendo-o à condição de endividado. Entretanto, esta condição de massa heterônoma inerte cria um mal-estar contra toda rigidez do compromisso fordista, base do Estado

de bem-estar social, o que lança na instabilidade os seus fundamentos, isto é, o controle heterônomo capitalista da produção e do consumo.

Ademais, o operário-massa é *subdividido*, pois atomizado pela gestão fordista da produção em atividades parciais e recolhido a uma vida privada, cujo interesse maior é consumir e manter-se no emprego para pagar as suas dívidas. Contudo, ao ser atomizado e “privatizado”, este mesmo operário se individualiza, ou ainda, se personaliza, uma vez que:

Através do acesso ao consumo mercantil, à “seguridade social”, ao exercício dos direitos políticos, à cultura escolar e à informação, ele conquista e, mais do que isso, reivindica uma existência, uma autonomia, uma consciência enquanto indivíduo privado. Portanto, ele passa a desenvolver reivindicações relativas à sua existência e à sua autonomia individuais, que podem se tornar diretamente contraditórias à massificação pelo trabalho taylorizado e pelo consumo mercantil<sup>84</sup>.

Mas, estas “conquistas” são fenômenos do capitalismo central e, mesmo nos países periféricos que sofreram alguma industrialização, elas não foram da mesma ordem da dos países centrais, o que torna ainda mais instáveis os fundamentos para um controle capitalista da produção e do consumo.

O operário-massa passa, por fim, por um processo de aculturação, pois, freqüentemente, é um estrangeiro, muitas vezes de origem rural, com pouca experiência com o trabalho assalariado industrial. Por este motivo, o operário-massa é um emigrado, porque longe do seu país, da sua região ou da cidade natal e, com isso, longe da família. Por conseguinte, o lugar onde trabalha e o meio social onde vive se tornam um ambiente totalmente estranho. No entanto, este processo tende a se inverter no transcurso de, no máximo, duas gerações, pois, ao adquirir experiência, pode, então, relativizar e, com isso, enriquecer sua cultura anterior. Em outras palavras, o operário-massa, distante do seu universo cultural e ideológico original, pode reconstituir e recriar a sua visão de mundo, capacitando-o a um espírito mais crítico e de maior contradição diante do universo capitalista.

---

<sup>84</sup> BIHR, A., *Da Grande Noite à Alternativa*, p. 58.

É esta condição contraditória do operário-massa que propiciou a sua revolta e, por isso, a crise terminal do fordismo. Esta condição contraditória, aqui chamada de dialética da massificação, é resumida por Alain Bihl da seguinte maneira:

Concentrando o proletariado em um espaço social, ele (o capital) tendia, por um lado, a atomizá-lo; homogeneizando suas condições de existência, gerava, ao mesmo tempo, as condições de um processo de personalização; reduzindo a autonomia individual, estimulava inversamente o desejo de uma autonomia como essa, desenvolvendo as condições para isso; exigindo o aumento de sua mobilidade geográfica, profissional, social e psicológica, enrijecia entretanto sua situação de fato etc. Semelhante acumulação de contradições, com o tempo, só poderia explodir<sup>85</sup>.

E esta explosão ocorreu ao longo dos anos 60 e no início dos anos 70 e teve como principal agente o operário-massa revoltado contra os métodos tayloristas e fordistas de extração de trabalho e massificação da existência. Mas, ao mesmo tempo que o fordismo intensificava a sua expropriação ao fazer o operário-massa repetir indefinidamente os mecânicos gestos necessários à produção, ele também intensificava e evidenciava o caráter inaceitável desta condição que, sob sua ótica, era completamente desprovido de sentido e de valor. Esta esquizofrenia era ainda mais intensificada pela contradição entre a total falta de autonomia e individualidade do produtor, uma vez que completamente submetido às determinações do *staff* administrativo, e a exacerbação de sua individualidade e autonomia enquanto consumidor. O fardo insuportável desta contradição só foi carregado pela primeira geração, porque esta ainda compreendia como vantagem o acesso ao consumo e a seguridade social, o que não ocorreu com a segunda geração.

A luta do operário-massa se deu, basicamente, de duas maneiras. A primeira bloqueava a lógica da expropriação fordista de trabalho. Fundamentalmente individualista e, de algum modo, defensiva, esta exacerbação consistia na fuga do trabalho e da produção, ou seja, a procura por pequenos trabalhos ocasionais, o absentismo, a ruptura com o trabalho assalariado, retornando, assim, às formas pré-capitalistas de produção (artesanato, pequena produção agrícola etc.). A principal reivindicação desta forma de luta é a autonomia individual e o fim do trabalho. Já a

---

<sup>85</sup> Ibid., p. 59.

segunda, luta pela reconquista do controle no processo de trabalho e, por isso, objetiva a sua reestruturação. Neste caso, a revolta ganha contornos coletivistas, sendo as suas principais “armas”: as greves parciais, os ataques ao *staff* administrativo e à divisão do trabalho, a criação de conselhos de oficina e de conselhos de fábrica, a difusão da auto-gestão como forma de controle da produção e até do poder operário. A revolta, portanto, ganha traços dos antigos movimentos operários anarco-sindicalistas do início do século XX. As principais reivindicações desta forma de luta são: a autonomia coletiva e a liberação do trabalho do controle alienante do capital.

Conseqüentemente, o próprio modelo social-democrata de organização do operário-massa se torna objeto de sua revolta, uma vez que a ala mais agitada do operariado se divorcia dos organismos sindicais e políticos do referido modelo.

Aptas apenas para conduzir negociações no quadro institucional previsto para esse efeito, essas organizações eram evidentemente incapazes de organizar e dirigir um movimento proveniente da base, mal definido em seus objetivos imediatos, mas de qualquer maneira impossível de ser integrado no quadro do compromisso fordista ao qual elas estavam limitadas. Além do mais todas essas organizações se comportaram como perfeitas guardiãs do capital, algumas tentando sabotar o movimento, colaborando até mesmo, eventualmente, para sua repressão física; outras tentando recuperá-lo em benefício próprio, retomando, em um primeiro momento, as palavras de ordem e as práticas do movimento para melhor corrompê-lo no final. (...) Para nos limitarmos ao caso da França, identificamos respectivamente a tática da CGT e do PC, a da CFDT e do “esquerdismo” leninista durante o período de 1968-75<sup>86</sup>.

Retomando a prática anarco-sindicalista da ação direta, a revolta do operário-massa ocorreu basicamente sem as suas organizações sindicais e, muitas vezes, até contra elas.

Ao colocar a auto-organização do coletivo de trabalhadores permanentemente contra o poder na própria da empresa, ao desenvolver uma organização contra o processo de trabalho, ao multiplicar as ações de ocupação da empresa, os seqüestros de patrões e de administradores, ao se opor às demissões coletivas por meio da tentativa de retomada de empresas com auto-gestão, etc., essas lutas restabeleciam relações com a tradição da ação direta do proletariado pré-

---

<sup>86</sup> Ibid., p. 62.

fordista e punham concretamente em evidência (ainda que em uma escala reduzida) as *virtudes emancipatórias da auto-atividade dos trabalhadores*. Assim, essas lutas se situavam no extremo oposto da perspectiva estatista e legalista da estratégia social-democrata. Esta implicava a subordinação da ação autônoma da classe às organizações políticas, visando à conquista e ao exercício do poder de Estado, assim como a subordinação às organizações sindicais, que eram encarregadas do desenrolar no cotidiano<sup>87</sup>.

Em poucas palavras, o que a revolta do operário-massa punha em questão para o proletariado ocidental era a invenção de um novo modelo para a sua luta pela emancipação e, conseqüentemente, a invenção de uma sociedade emancipada a partir de uma utopia auto-gestionária. Contudo, naquele momento, essa era uma tarefa demasiado grande para estes movimentos, daí a sua curta duração. Entre as razões do seu fracasso está a atividade contra-revolucionária das organizações sindicais sociais-democratas, o que revela a influência prática e ideológica destas organizações e os limites internos da revolta, visto que não apenas a sua conflitualidade só ocasionalmente ultrapassou os limites das empresas, mas também não realizou uma crítica mais direta do modo fordista de produção, limitando-se apenas à tomada do controle da produção, esquecendo, entre outros fatores, do custo ambiental deste modelo produtivo. É neste sentido que Robert Kurz escreve sobre 68 na França:

...a vontade do espontâneo movimento trabalhista francês de 68 não ultrapassava o horizonte da socialização pela mercadoria, para não falar da evocada tradição “das revoluções francesas do século XIX”. O “ganhar dinheiro”, essa atividade própria à burguesia, não foi questionada a sério pela maioria dos integrantes do movimento, isto é, não o foi da perspectiva econômica, mas, na melhor das hipóteses, de forma metafórica e culturalista. Assim, o fato de o movimento de massas ter desaguado na instância parlamentar e no deplorável plano sindical de exigências de um “salário justo por um dia justo de trabalho” foi apenas o saldo de uma limitação imanente do próprio movimento<sup>88</sup>.

Alain Bihr, então, afirma que a revolta do operário-massa estava isolada de outras lutas que ocorriam na mesma época e que poderiam ter fornecido a base ideológica para uma crítica mais radical do capital enquanto modelo econômico

<sup>87</sup> Ibid., p. 62-63.

<sup>88</sup> KURZ, R., *Os últimos combates*, p. 291-292.

calcado no controle heterônomo da produção e do consumo de mercadoria. Estes novos movimentos sociais e suas novas lutas ganhavam forma nos movimentos antinucleares, ecológicos, regionalistas, urbanos, feministas<sup>89</sup> etc. E é justamente por não ter superado estes limites, que a revolta do operário-massa, apesar de toda sua radicalidade, enfraqueceu e refluuiu, pois mesmo tendo decretado o fim do fordismo, ela não conseguiu criar uma alternativa ao capital.

---

<sup>89</sup> Sobre o feminismo István Mészáros escreve: “...se os imperativos alienantes do sistema estabelecido da reprodução econômica exigem um controle social discriminatório e hierárquico, afinado com o princípio antagonista estruturador da sociedade, e o correspondente modo de administrar o processo do trabalho, o ‘macrocosmos’ abrangente desse tipo encontrará seu equivalente em todos os níveis do intercâmbio humano, até mesmo nas menores ‘microestruturas’ ou ‘microcosmos’ da reprodução e do consumo habitualmente teorizados sob o nome de ‘família’. Inversamente, enquanto o relacionamento vital entre homens e mulheres não estiver livre e espontaneamente regulado pelos próprios indivíduos em seu ‘microcosmo’ *autônomo* (mas de maneira alguma *independente* da sociedade) do universo histórico interpessoal dado, com base numa *igualdade significativa* entre as pessoas envolvidas – ou seja, sem a imposição dos ditames socioeconômicos da ordem sociometabólica sobre eles – não se pode sequer pensar na emancipação da sociedade da influência paralisante que evita a auto-realização dos indivíduos como seres sociais particulares.” MÉSZÁROS, I., *Para Além do Capital*, p. 268. No que diz respeito à articulação entre trabalhadores e ambientalistas num projeto revolucionário: “Se eu tivesse de modificar as palavras dramáticas de Rosa Luxemburgo com relação aos novos perigos que nos esperam, acrescentaria a ‘socialismo ou barbárie’ a frase ‘barbárie se tivermos sorte’ – no sentido de que o *extermínio da humanidade* é um elemento inerente ao curso do desenvolvimento destrutivo do capital. E o mundo dessa terceira possibilidade, além das alternativas de ‘socialismo ou barbárie’, só abrigaria baratas, que suportam níveis letais de radiação nuclear. É esse o único significado racional da *terceira via do capital*.” Id., *O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico*, p. 132

### 3.5

#### **Da ruptura do compromisso fordista à desarticulação do movimento operário**

O fordismo começa a enfraquecer devido a quatro fatores. O primeiro deles se dá quando os ganhos com a produtividade começam a diminuir. Alain Bihl afirma que nas principais economias capitalistas uma época de ganhos contínuos, como foi o caso do pós-guerra, é sucedida por uma época de perdas. A razão disso reside tanto nos limites técnicos quanto nos limites sociais, porque se logo após a segunda grande guerra as técnicas tayloristas de extração de trabalho ainda podiam se expandir, o mesmo não ocorre durante os anos 60 e início dos 70, visto que, ao se atingir um determinado limite de aplicação destas técnicas em um determinado setor, ir além deste limite se torna contraproducente, pois multiplica os tempos mortos, prolonga o tempo de circulação dos produtos, aumentando, assim, excessivamente a estocagem e tornando vulnerável o maquinário fabril como resultado de sua intensa utilização, o que o torna propenso a pane e a quebra. Ademais, como já foi visto nas páginas anteriores, dada a intensa repetição desumanizadora que as técnicas tayloristas operam na produção, uma intensificação das mesmas torna os produtores demasiadamente propensos à revolta, o que efetivamente aconteceu durante os mencionados anos, deixando ainda mais claro o limite técnico e social que este modelo de extração de trabalho tinha ativado.

O segundo fator surge da necessidade da elevação da relação entre o trabalho morto, matérias-primas, meios de produção e trabalho vivo. Deste modo, num quadro de consumo equilibrado, qualquer aumento do trabalho morto, no fordismo, tem que ser acompanhado de um aumento do trabalho vivo, aumentando, com isso, o capital fixo, mas diminuindo o capital circulante, o que reduz a taxa de lucro. No intuito de sanar este problema, a administração fordista buscou desvalorizar o seu capital fixo, principalmente o seu maquinário, tendo em vista que os resultados da produtividade tinham melhorado, efeito não só do avanço técnico, mas também da sua obsolescência, também cada vez mais rápida, efeito do mesmo avanço tecnológico. Outra medida da administração fordista para superar a crise consistia na

generalização dos trabalhos por turnos realizados por equipes, o que permite reduzir a quantidade de trabalho vivo necessário à produção. Contudo, estas medidas não só desgastavam excessivamente as máquinas como também aumentavam o nível de insatisfação do trabalhador, resultado da articulação da intensificação da produção com a extensão do tempo destinado a ela, criando, por conseguinte, as condições para a revolta do operário-massa durante os anos 60 e o início da década de 70.

O terceiro fator resulta da saturação da norma social de consumo, pois o fordismo estava calcado no consumo de um certo número de bens duráveis (carros, eletrodomésticos e residências). Porém, este mercado foi se saturando progressivamente, contraindo, por este motivo, as perspectivas de venda para indústrias no exato momento em que estas mesmas indústrias precisavam de um aumento de produtividade e de venda. O que tornava este quadro especialmente grave era a necessidade do fordismo de colocar à disposição uma série sempre crescente de direitos sociais (seguridade social) e salariais (salário mínimo) para o trabalhador, aumentando ainda mais o seu custo. Some-se a este custo a necessidade de o fordismo implementar uma série de investimentos sociais para a manutenção do consumo, como a construção de estradas, ruas e avenidas para sustentar o crescente número de automóveis.

O quarto e último fator da crise do fordismo surge a partir do desenvolvimento do trabalho improdutivo, sobretudo aquele que garantia a circulação do capital (gestão, comercialização, bancos, seguros). Este fenômeno ficou conhecido como terceirização da sociedade, tendo em vista o crescimento mais elevado do trabalho improdutivo do que o produtivo. O resultado deste quarto fator é uma queda na taxa média de lucro, devido a um crescente aumento dos custos com a produção. Alain Bihr resume a crise da seguinte forma:

...para sintetizar a análise precedente, diremos que o próprio fordismo finalmente caiu na “armadilha” da massificação em que ele pegara o proletariado e que acabará impondo-lhe seus limites. Limites subjetivos, com a revolta do operário-massa contra as formas de produção (trabalho em cadeia e trabalho por turnos), mas também com o deslocamento das práticas de consumo para fora da norma fordista. Limites objetivos, com a massificação do capital constante (e, particularmente, o fixo), levando à diminuição dos ganhos de produtividade e à alta da composição orgânica do capital, enquanto a massificação do capital

variável (força de trabalho) traduzia-se pela saturação dos mercados que sustentavam o crescimento fordista e pelo aumento dos “custos sociais”<sup>90</sup>.

Foi a comunhão destes fatores, então, que levou o fordismo a sua crise final, crise esta que, no seu primeiro momento, continuou latente, trazendo a aparência de crescimento, mas que já trazia em si alguns sinais que demonstravam tratar-se de uma crise mais profunda. O primeiro destes sinais foi o aumento da inflação, uma vez que as empresas buscaram repassar os seus custos para os consumidores. O segundo foi o crescente endividamento das empresas que, através de empréstimos, buscaram resolver a alta dos seus custos. O terceiro se deu com a internacionalização dos mercados, pois as multinacionais buscaram transmitir para os países periféricos as suas dificuldades, daí, por exemplo, a intensa industrialização do Brasil durante a década de 60 e início de 70. O último sinal é o aumento igualmente crescente do desemprego, visto que o contínuo aumento da população ativa não era acompanhado por um aumento da oferta de emprego, sendo, ao contrário, decrescente o número deste.

É nesta conjuntura que “estoura” a crise do petróleo no final de 1973 e início de 1974, tornando manifesta a crise fordista, que antes era apenas latente, por meio de uma recessão generalizada: queda da produção, aumento do desemprego, diminuição do comércio mundial, queda livre dos índices da Bolsa.

Entretanto, os governos e os capitalistas ainda pensavam ser possível salvar o fordismo e, com isso, optaram por uma série de receitas keynesianas que se resumiam a um endividamento maciço na esperança da retomada do consumo e do crescimento.

*Internamente*, isso significa manter e até estender (no que diz respeito ao seguro-desemprego) os mecanismos institucionais de aumento dos salários reais, mas também recorrer aos gastos públicos (mesmo à custa de fortes déficits orçamentários) e conceder facilidades de crédito às empresas e aos consumidores individuais (mesmo à custa de um agravamento da inflação). *Externamente*, trata-se do estabelecimento de uma espécie de “keynesianismo mundial”: os países ocidentais se endividam, especialmente diante da OPEP, pela emissão de moeda de crédito internacional que, reciclada, principalmente pelos bancos ocidentais, sob a forma de empréstimos aos países do Terceiro Mundo, mas também do Leste, incita-os a importar equipamentos industriais

---

<sup>90</sup> BIHR, A., *Da Grande Noite à Alternativa*, p. 73.

dos países ocidentais, permitindo a esses últimos compensarem, assim, seus déficit em relação à OPEP<sup>91</sup>.

Contudo, apesar de o superendividamento ter evitado um aprofundamento da recessão, ele não foi capaz de retomar o crescimento econômico necessário ao fordismo. Sendo assim, as economias encalhavam na estagnação econômica e na inflação de preços e é precisamente neste momento que “estoura” a segunda crise do petróleo, no início de 1979. Tal crise evidenciou ao patronato e aos Estados que a política econômica do superendividamento não trazia qualquer solução, sendo absolutamente necessária a retomada do crescimento econômico e do aumento da taxa de lucro, o que exigia um corte radical de custos, pois a redução do lucro ocorre, principalmente, quando há um excesso de capital na sociedade. Portanto, uma solução era imperiosa: iniciar o desmonte do Estado de bem-estar social. Este imperativo, por um lado, se traduziu na eliminação das empresas menos rentáveis e na reestruturação técnica, jurídica e financeira. Por outro, se manifestou na redução dos salários reais através da eliminação dos direitos sociais, ou seja, da seguridade-social. Foram adotadas, então, políticas liberais no intuito de lutar contra a inflação, lutas estas que tinham como principal arma a desestatização da economia, ou seja, era necessário privatizar o Estado fordista em seu quadro institucional<sup>92</sup>.

Entretanto, a suposta solução das políticas liberais só obteve um êxito bastante relativo, porque, se por um lado, estas políticas conseguiram reduzir o custo com os salários reais e sociais do Estado de bem-estar social, retomando, assim, a taxa de mais-valia e, conseqüentemente, a taxa de lucro; por outro, ela agravou o desemprego e, além disso, reduziu o poder de compra do trabalhador, aumentando, por

---

<sup>91</sup> Ibid., p. 75.

<sup>92</sup> É interessante observar que a passagem de uma solução keynesiana (social-democrata) para uma liberal configura aquilo que Robert Kurz chama de o movimento ondulatório da economia de mercado do mundo ocidental. O autor observa ainda que foi precisamente a falta deste movimento ondulatório uma das causas da derrocada das economias socialistas do bloco soviético, ele escreve: “O capitalismo, isto é, a produção de mercadorias desencadeada até constituir um sistema de reprodução, na forma do auto-movimento do dinheiro, nunca pretendeu, desde o princípio, estabelecer a pura ‘liberdade de mercado’, intenção que, repetidamente, imputam-lhe os ideólogos provenientes da direita e também da esquerda. Antes poderíamos falar de um movimento ondulatório de elementos constituintes antagônicos na história da modernização burguesa, movimento em que constantemente se revezam e penetram elementos estatistas e elementos monetaristas.” KURZ, R., *O Colapso da Modernização*, p. 42-43.

consequente, a crise de superprodução e, com ela, causando a deflação, o que configura um quadro sócio-econômico muito semelhante ao de 1929.

Mesmo assim, o mundo ainda passou por duas crises. A primeira se deu quando o México, seguido pelo Brasil e a Argentina, e depois por uma série de países do Terceiro Mundo, declararam-se incapazes de pagar as suas respectivas dívidas externas, levando o mundo à beira da catástrofe. Esta crise revelou não só a fragilidade da política do superendividamento do Terceiro Mundo, de inspiração keynesiana, mas também a da austeridade pregada pelo liberalismo. A segunda crise ocorreu em 1987, atingindo sobretudo o mercado financeiro. Este *crash* foi resultado da desconexão da esfera financeira da esfera real, causada, por sua vez, pelas contradições da política liberal, pois:

Enquanto recuperava a taxa de lucro, ela contraía simultaneamente o mercado, desviando assim o capital-dinheiro do investimento produtivo para as aplicações financeiras, alimentando um *boom* da Bolsa sem qualquer relação com o estado moroso persistente da economia, que como todo *boom* só podia terminar em *crash*. E somente a intervenção organizada do conjunto dos Bancos centrais evitaria que esse último degenerasse em recessão generalizada das economias ocidentais<sup>93</sup>.

Contudo, mesmo com a intervenção organizada dos bancos centrais, o fantasma da crise voltou a assustar o mercado financeiro em 1990, uma vez que o crescimento econômico dos EUA e da CEE voltou a diminuir, resultado da quebra dos países do Terceiro Mundo, da nova crise do petróleo causada pela Guerra do Golfo etc. Tudo isso só prova, mais uma vez, a fragilidade das soluções capitalistas e, em especial neste momento, das liberais, para solucionar efetivamente a crise. É neste sentido que é possível parafrasear István Mészáros, pois o capital pode vencer todas as suas dificuldades, mas, como não consegue resolver uma única das suas contradições, torna todas as suas vitórias em vitórias de Pirro, resta saber se, tal como Pirro um dia ficou sem soldados, as suas vitórias em algum momento vão deixá-lo sem soluções.

---

<sup>93</sup> BIHR, A., *Da Grande Noite à Alternativa*, p. 78.

Mas e o movimento operário social-democrata? A resposta já pode ser deduzida do que foi afirmado, uma vez que as políticas econômicas, tanto liberais quanto keynesianas, tiveram como consequência inevitável a ruptura do compromisso social entre capital e operariado que caracterizou o período fordista pós-guerra. Tem início o desmantelamento do compromisso fordista, pois tudo aquilo que ele garantia ao trabalhador (distribuição entre salário e lucro, contratualização e legalização salarial, etc.), ou seja, tudo aquilo que foi o fundamento da acumulação fordista de capital, tornando possível tanto a superação da crise de superprodução de 1929 quanto a acomodação do operário-massa no interior de uma realidade capitalista de extração taylorista de produção, tinha se transformado num obstáculo à retomada do crescimento econômico e à superação da crise. Mas, no que diz respeito às organizações sindicais, acostumadas a uma “guerra de posição” dentro de uma conjuntura sócio-institucional familiar, estas se viram de repente no interior de um contexto político, econômico, institucional e social não só desfavorável, como também hostil às suas existências, o que tornava necessária a retomada de estratégias muito mais agressivas, postura da qual elas estavam totalmente despreparadas, ou melhor, inadaptadas.

E é desta inadaptação que surgem duas posturas do movimento operário social-democrata que, do mesmo modo que as políticas econômicas liberais e keynesianas do patronato, propugnam apenas uma solução superficial da crise, tendo em vista que, ao fim, defendem apenas uma nova acomodação do operariado, mas uma acomodação que ignora a diferença radical do contexto social entre o período logo após a Segunda Grande Guerra e o período posterior à década de 60. Estas duas posturas são denominadas por Alain Bihl como o conflito entre Antigos e Modernos, assim designados por defender, em os primeiros, uma defesa intransigente das garantias trabalhistas conquistadas no fordismo, ignorando, com isso, a incapacidade econômica das empresas de honrarem os antigos compromissos, e, no caso dos Modernos, por defenderem a necessidade de renovação do antigo compromisso, criando, por conseguinte, um novo compromisso, mais *adaptado* à conjuntura sócio-econômica atual, aceitando rediscutir, por exemplo, a indexação do salário e a “rigidez” legal e contratual do uso da força de trabalho, isto é, “relativização” dos

direitos trabalhistas. Mas tanto os Antigos quanto os Modernos têm diante de si, basicamente, dois sérios obstáculos, pois enquanto os Antigos encontram um total desinteresse por parte do patronato na manutenção do antigo compromisso, efeito da sua incapacidade econômica de honrá-lo, os Modernos assumem, ao pretender um compromisso mais “moderno”, a arriscada e, por fim, catastrófica estratégia de sacrificarem as antigas conquistas por conquistas renovadas, ainda que esta renovação signifique na verdade a precarização no trabalho através da abolição dos direitos trabalhistas, configurando, por conseguinte, uma estratégia defensiva, o que permite ao capital a retomada de uma nova ofensiva ideológica e econômica.

Deste modo, o movimento operário encontrou as mesmas aporias, só que numa perspectiva inversa (a do proletariado), daquelas encontradas pelo capital, situação que desarticulou o movimento, deixando-o sem estratégia e sem objetivo, ou seja, deixando-o desarmado diante da nova ofensiva do capital.

### 3.6 A flexibilização da rigidez fordista: o advento da acumulação flexível

É deste quadro de crise do fordismo que terá início toda a reorganização do controle capitalista do consumo e da produção de mercadorias. Segundo Ricardo Antunes, em *Os Sentidos do Trabalho*, nas últimas décadas a sociedade contemporânea vem passando por uma reestruturação produtiva marcada pela *acumulação flexível*, causando, entre tantas conseqüências, transformações significativas no interior do mundo do trabalho. São elas: o desemprego estrutural, o enorme número de trabalhadores postos em condições precarizadas, lançados no mundo da informalidade (muitas vezes sem qualquer direito), e a relação cada vez mais trágica entre homem e natureza.

Ricardo Antunes, então, afirma que no início da década de 70 o capitalismo se viu frente a uma crise estrutural e resume esta crise em basicamente seis traços principais. O primeiro dos traços mais evidentes desta crise foi ocasionado, conforme já foi visto, pela queda da taxa de lucro, gerada, por sua vez, entre outros elementos, pelo aumento do preço da força de trabalho, possível através das lutas durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60 objetivando o controle social da produção. O segundo traço é resultado do esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, efeito gerado pela sua impossibilidade de responder à retração do consumo que na época crescia, o que caracterizava o desemprego estrutural que se iniciava. O terceiro traço desta crise, Antunes chama de hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia em relação aos capitais produtivos, conseqüência da crise de produção. O quarto é expressão da maior concentração de capitais em virtude das fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas. O quinto se deve a uma outra crise, a do *welfare state* ou do “Estado de bem-estar social” e dos seus meios de funcionamento, causando, assim, uma crise na arrecadação de impostos e uma necessidade de retração dos gastos públicos e a sua conseqüente transferência para o capital privado. Por fim, o sexto traço da crise estrutural se configura na implementação de um processo de privatizações, o que resulta na desregulamentação e flexibilização de todo processo produtivo.

Diante deste quadro o capital teve que responder à sua própria crise, uma vez que a sua existência estava em questão. Iniciou-se, então, um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de controle do trabalho, o que veio a caracterizar aquilo que se convencionou chamar de neoliberalismo, ou seja, a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e o desmonte do setor produtivo estatal. Seguiu-se, com isso, um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho. Em suma, o que se vê é uma ofensiva generalizada do capital em todos os âmbitos da vida social, tanto econômico quanto político, sobretudo durante os governos Thatcher e Reagan. Novas técnicas da gestão de força de trabalho se somam, então, à liberação comercial e às novas formas de domínio tecno-científico, aumentando, por conseguinte, um acúmulo, destruidor e discriminador, do poder econômico e político por parte do EUA, à frente do NAFTA, da Alemanha, liderando a União Européia, e do Japão, na dianteira dos países asiáticos. Inversamente, este acúmulo significou uma intensificação da exclusão dos países que se encontravam à margem destes centros. Ricardo Antunes escreve:

Essa lógica destrutiva, ao reconfigurar e recompor a divisão internacional do sistema do capital, traz como resultado a desmontagem de regiões inteiras que estão, pouco a pouco, sendo eliminadas do cenário industrial e produtivo, derrotadas pela desigual concorrência mundial. A crise experimentada pelos países asiáticos como Hong Kong, Taiwan, Cingapura, Indonésia, Filipinas, Malásia, entre outros, quase sempre decorrente de sua condição, de países pequenos, carentes de mercado interno e totalmente dependentes do Ocidente para se desenvolverem. Num patamar mais complexificado e diferenciado, também encontramos o Japão e a Coreia do Sul, que, depois de um grande salto industrial e tecnológico, estão vivenciando esse quadro crítico, estendido também àqueles países que até recentemente eram chamados de ‘tigres asiáticos’<sup>94</sup>.

O quadro que se configura a partir da década de 70, por conseguinte, vem da destruição das forças produtivas, da natureza e do meio ambiente assim como da ação destrutiva engendrada contra o mundo do trabalho que, a partir de então, passa a possuir enormes contingentes de mão de obra *precarizada* ou mesmo de excluídos do processo produtivo, o que compõe aquilo que acima foi chamado de desemprego

---

<sup>94</sup> ANTUNES, R., *Os Sentidos do Trabalho*, p. 33.

estrutural. É preciso notar que esta “reorganização” das forças produtivas só foi possível graças à revolução microelétrica, que até possibilitaria uma efetiva redução da jornada ou do tempo de trabalho, mas que acabou resultando numa política de prolongamento e intensificação da mesma. Não é por acaso que a Inglaterra tem a maior jornada de trabalho dentre os países da União Européia, enquanto que no Japão empresários e políticos buscam aumentar ainda mais a sua tragicamente conhecida jornada de trabalho, onde trabalhadores por vezes morrem de morte súbita devido à exaustão.

Quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência inter-capitais, mais nefastas são suas conseqüências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para produção de mercadorias e para o processo de valorização do capital<sup>95</sup>.

Contudo, ainda que a crise fosse estrutural e implicasse determinações mais profundas, a resposta dada pelo capital foi apenas superficial, atendo-se tão somente a sua dimensão fenomênica, ou seja, resultou de uma reorganização dos principais fundamentos da produção capitalista e não de uma transformação radical destes. Em outras palavras, a crise gerou uma reestruturação do padrão de produção capitalista calcado no binômio taylorista/fordista, visando, com isso, reestabelecer os patamares de rentabilidade anteriores, sobretudo os do pós-guerra. Uma vez que as lutas da década de 60 não conseguiram instaurar uma alternativa efetiva ao capital, coube a este dar a sua resposta à crise. É este o contexto histórico que engendrou a mutação do padrão flexível de acumulação, cuja meta é sempre a mesma: dinamizar o processo produtivo e diminuir o seu custo para obter uma maior rentabilidade.

A nova condição de trabalho nasce, então, da oposição do capital diante do contra-poder que emergia das lutas sociais, levando-o a reorganizar o processo produtivo e a recuperar a sua hegemonia em todas as esferas da sociedade. Segundo Ricardo Antunes, em *Os Sentidos do Trabalho*, no plano ideológico, por exemplo, o

---

<sup>95</sup> Ibid., p. 34.

capitalismo estabeleceu um culto ao subjetivismo fazendo apologia a um individualismo exacerbado contra todas as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social, resultando num ideário fragmentador. Mas, no que se refere ao mundo do trabalho, a primeira característica que Ricardo Antunes aponta diz respeito ao bem produzido, a mercadoria, tendo em vista que a sua produção irá incorrer numa nova forma produtiva. István Mészáros escreve:

...o modo de produção capitalista (...) deve minar de toda maneira possível as práticas produtivas orientadas-para-a-durabilidade, inclusive solapando deliberadamente a qualidade. Ao contrário, as manifestações dessa tendência devem ser justificadas em função da necessidade de competição, da *utilização racional dos recursos de trabalho* (grifo meu) – ambas tratadas como necessidades (ideais) inteiramente benéficas – e coisas do tipo<sup>96</sup>.

Noutro momento:

No curso da história, avanços da produtividade inevitavelmente alteram o padrão de consumo, bem como a maneira pela qual serão utilizados tanto os bens a serem consumidos como os instrumentos com os quais serão produzidos. Tais avanços, além do mais, afetam profundamente a própria natureza da atividade produtiva, determinando, ao mesmo tempo, a *proporção* segundo a qual o tempo disponível total de uma dada sociedade será distribuído entre atividade necessária para o seu intercâmbio metabólico básico com a natureza e de todas as outras funções e as atividades nas quais engajam os indivíduos da sociedade em questão<sup>97</sup>.

E esta perda de qualidade da mercadoria ocorre porque:

...o capitalismo define sua relação com o *valor de uso* e o *valor de troca*, investindo contra os limites associados à produção orientada para o valor de uso, bem como contra a racionalização direta ou indireta do modo de produção e consumo severamente limitado que é inseparável dessa produção<sup>98</sup>.

O fenômeno que tem como efeito a perda da durabilidade através de uma perda da utilidade dos bens produzidos, ou das mercadorias, é denominado por Mészáros como

<sup>96</sup> MÉSZÁROS, I. *Para Além do Capital*, p. 636.

<sup>97</sup> *Ibid.*, p. 639.

<sup>98</sup> *Ibid.*, p. 643.

*taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias*. Antunes, então, observa que a *falácia da qualidade total* reside no fato de que quanto mais “qualidade total” um produto deve ter, menor deve ser a sua durabilidade. Esta falácia, por sua vez, nasce da necessidade imperiosa por parte do capital de aumentar a velocidade do circuito produtivo e, assim, aumentar a velocidade da produção de valores de troca. Deste modo, a “qualidade total” se torna o invólucro ou mesmo a aparência de um produto destinado a uma obsolescência cada vez mais rápida, obsolescência esta que tem em vista apenas uma reposição também cada vez mais veloz no mercado. E como o capital possui uma tendência à expansão, este fenômeno, o da taxa de utilização decrescente das mercadorias, se torna uma das premissas mais perversas da lógica destrutiva de sua produção, sendo a catástrofe ambiental uma de suas mais evidentes e trágicas conseqüências. Antunes exemplifica:

A indústria de computadores (...) mostra-se, pela importância no mundo produtivo contemporâneo, exemplar dessa tendência depreciativa e decrescente do valor de uso das mercadorias. Um sistema de *softwares* torna-se obsoleto e desatualizado em tempo bastante reduzido, levando o consumidor à sua substituição, pois novos sistemas não são compatíveis com os anteriores. As empresas, em face da necessidade de reduzir o tempo entre a produção e o consumo, ditada pela intensa competição existente entre elas, incentivam ao limite essa tendência destrutiva do valor de uso das mercadorias. Precisando acompanhar a competitividade existente em seu setor, cria-se uma lógica que se intensifica, e da qual a “qualidade total” está totalmente prisioneira. Mais que isso, ela se torna mecanismo intrínseco de seu funcionamento e funcionalidade. Com a redução dos ciclos de vida útil dos produtos, os capitais não têm outra opção, para sua sobrevivência, senão inovar ou correr o risco de ser ultrapassados pelas empresas concorrentes, conforme o exemplo da empresa transnacional de computadores *Hewlett Packard*, que com a ‘inovação’ constante de seu sistema computacional reduziu enormemente o tempo de vida útil dos produtos<sup>99</sup>.

O modo de produção da acumulação flexível, portanto, se caracteriza por um padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, efeito das novas técnicas de administração da força de trabalho possíveis graças à informática, ou seja, resultado da introdução em larga escala de computadores no processo produtivo e na esfera de prestação de serviços, o que, por sua vez, cria a necessidade de se recorrer

<sup>99</sup> ANTUNES, R., *Os Sentidos do Trabalho*, p. 51-52.

freqüentemente à desconcentração produtiva (a utilização de empresas terceirizadas). As novas técnicas de administração, ou de gestão, se utilizam do trabalho de equipe, também chamado de “células de produção” ou de “times de trabalho”, requerendo, por conseguinte, pelo menos no plano discursivo (ideológico), um “envolvimento participativo” dos trabalhadores, o que, na verdade, não passa de uma participação manipuladora que preserva essencialmente as condições alienantes de trabalho, tornando-as apenas menos visíveis. Outra característica do modo produtivo de acumulação flexível é o “trabalho polivalente”, “multifuncional”, “qualificado” que se conjuga com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive das empresas terceirizadas, tendo como finalidade a redução do tempo de trabalho necessário para se produzir um valor, uma mercadoria.

Esta nova morfologia de gestão da força de trabalho, que caracteriza a acumulação flexível, tem como finalidade real a *intensificação das condições de exploração do trabalho*, obtida através da redução do trabalho *improdutivo*, não criador de valor de troca, sobretudo das atividades de manutenção, acompanhamento e inspeção de qualidades, sendo estas funções incorporadas ao trabalho *produtivo*. Deste modo, a acumulação flexível, através de sua reengenharia, engendrou no mundo do trabalho a eliminação de postos de trabalho, o aumento da produtividade e da qualidade total, caracterizando, assim, o ideário cotidiano da fábrica “moderna”. Os resultados mais imediatos desta reengenharia são: a *imensa desregulamentação dos direitos do trabalho*, eliminados cotidianamente em todo lugar onde há produção industrial e prestação de serviços; o *aumento da fragmentação dentro da própria classe trabalhadora*, dividida hoje, principalmente, entre contratados, terceirizados, informais e desempregados, constituindo aquilo que Antunes chama de as novas clivagens do proletariado<sup>100</sup>; e, por fim, a *destruição do sindicalismo de classe*,

---

<sup>100</sup> Ricardo Antunes analisa o seguinte dado: “...segundo dados da OIT, hoje mais de 1 bilhão de homens e mulheres que trabalham estão ou precarizados, subempregados – os trabalhadores que o capital usa como se fosse uma seringa descartável -, ou encontram-se desempregados. (...) Assim faz o capital, e há então uma massa enorme de trabalhadores e trabalhadoras que já são parte do desemprego estrutural, são parte do monumental exército de reserva que se expande em toda parte. Essa tendência tem se acentuado, em função da vigência do caráter destrutivo da lógica do capital, muito mais visível nestes últimos 20, 30 anos. Isso porque, por um lado, deu-se a expansão nefasta do *ideário* e da *pragmática* neoliberal, e de outro pelo chão social conformado pela nova configuração do capitalismo, que tem sido denominada fase da reestruturação produtiva do capital, onde o toyotismo e outros

convertendo-o num sindicalismo dócil, de parceria ou ainda num sindicalismo de empresa.

É interessante observar que, ao longo do século XX, sobretudo depois de 1945, a classe trabalhadora *européia*, conforme foi visto acima, “trocou” o seu projeto socialista ou anti-capitalista, ou ainda, a sua “aventura” revolucionária, numa espécie de pacto fáustico, por uma variedade de direitos e garantias trabalhistas que caracterizaram o Estado de bem-estar social. Mas, com o advento da acumulação flexível e do neoliberalismo, resultado da necessidade incontrolável de expansão do capital e de sua referida crise estrutural, o que presenciamos é a abolição daquilo que serviu como rede de proteção que garantia as acrobacias do capitalismo, ou seja, o que estamos vendo é a abolição das garantias e dos direitos trabalhistas e até mesmo de vários postos de trabalho ou, para ser mais claro, de tudo aquilo que possibilitou a acomodação da classe trabalhadora no interior da realidade capitalista<sup>101</sup>. Logo, não apenas o capital começa a fazer as suas acrobacias sobre uma rede de segurança cada vez mais rota, mas também se tornou difícil à classe trabalhadora vender a sua alma (suas esperanças encarnadas em seus projetos socialistas ou as suas aventuras revolucionárias) a uma espécie de Mefistófeles cada vez mais impossibilitado de cumprir a sua parte no pacto. Do mesmo modo, fica igualmente difícil aos movimentos sociais e aos partidos de esquerda, como foi o caso do socialismo de mercado, sustentarem alternativas obedecendo aos princípios do próprio sistema capitalista, criando, por conseguinte, a necessidade de uma teoria e de uma práxis que efetivamente propugne tanto a auto-emancipação do trabalho do controle externo capitalista na forma do trabalho assalariado quanto a superação de uma economia calcada na produção de mercadorias, valores de troca, para a criação de uma realidade socioeconômica que produza efetivamente valores socialmente úteis. Com isto, o autor desta tese quer dizer apenas que estão fadados ao fracasso todos os movimentos

---

experimentos de desregulamentação, de flexibilização etc., têm marcado o mundo capitalista, mais intensamente após a crise estrutural iniciada nos anos 70.” Ibid., p. 200.

<sup>101</sup> Ricardo Antunes escreve: “...cada vez menos homens e mulheres trabalham muito, em ritmo e intensidade que se assemelham à fase pretérita do capitalismo, quase similarmente à época da Revolução Industrial. E, na marca da superfluidade, cada vez mais homens e mulheres encontram menos trabalho, espalhando-se à cata de trabalhos parciais, temporários, sem direitos, ‘flexíveis’, quando não vivenciando o flagelo dos desempregados.” ANTUNES, R., *O Caracol e a sua Concha*, p. 17.

que buscam *apenas* defender direitos trabalhistas, maiores salários, mais empregos etc., uma vez que não há mais como o capital atender a estas demandas, o que não significa dizer que as lutas por melhores condições de trabalho no capitalismo devam ser completamente abandonadas. Contudo, apesar de estarem dadas as condições objetivas para a superação do capital, as condições subjetivas parecem que ainda não estão, pois o amadurecimento daquelas não veio acompanhada pelo amadurecimento destas<sup>102</sup>, uma vez que a classe trabalhadora, além de estar dominada em sua maioria pela ideologia neoliberal (a esperança de uma vida melhor, de melhores salários ou mesmo de se tornar capitalista no interior do capital, o que Alain Bihr chamou de os “Modernos”) encontra-se quase que completamente desmobilizada e desorganizada, sendo a mobilização organizada a condição de possibilidade para a revolução, conforme é possível ler no apelo pela união dos proletariados no Manifesto Comunista de Marx e Engels. Todavia, é neste campo que a luta por uma alternativa ao capital tem de se dar, ou ainda, este é atualmente o espaço onde uma práxis efetivamente revolucionária tem de ocorrer<sup>103</sup>. Cabe observar ainda que um Estado de bem-estar social só ocorreu em alguns países da América do Norte e da Europa, enquanto que no resto do mundo, ou seja, 2/3 dos trabalhadores do mundo inteiro, o

<sup>102</sup> Neste aspecto, comungo da mesma posição que Roberto Schwarz defende em sua introdução ao livro *O Colapso da Modernização* de Robert Kurz: “...a novidade da presente crise vem da incorporação da ciência ao processo produtivo, a partir da qual o peso da classe trabalhadora, seja do ponto de vista numérico, seja do ponto de vista da natureza do processo, entra em declínio. Assim, contrariando o outro prognóstico de Marx, a crise do capitalismo se aguça no momento mesmo em que a classe *operária* (grifo meu) já não tem força para colher os seus resultados.” KURZ, R., *Colapso da Modernização*, p. 14.

<sup>103</sup> Ernst Bloch faz uma interessante distinção entre o objetivamente possível e o realmente possível e é nesta distinção que estou pensando neste momento do trabalho: “*Objetivamente* possível é tudo aquilo cuja ocorrência pode ser cientificamente esperada, ou pelo menos não pode ser excluída com base no mero conhecimento parcial de suas condições dadas. *Realmente* possível, em contrapartida, é tudo aquilo cujas condições ainda não estão integralmente reunidas na esfera do *próprio objeto*, seja porque elas ainda estão amadurecendo, seja sobretudo porque novas condições – ainda que mediadas pelas existentes – concorrem para ocorrência de um novo real. O ser em movimento, que vai se modificando, que pode ser modificado, assim como se apresenta em termos dialético-materiais, tem esse poder-vir-a-ser inconcluso, esse ainda-não-estar-concluído tanto na sua base quanto no seu horizonte.” BLOCH, E., *Princípio Esperança vol. 1*, p. 195. Bloch também escreve: “...as contradições objetivas constantemente chamam a uma interação com a contradição subjetiva. Não sendo assim, surge a heresia, em última instância derrotista, de um automatismo objetivista, segundo o qual as contradições por si só seriam suficientes para revolucionar o mundo impregnado por elas. Os dois fatores, tanto o subjetivo quanto o objetivo, precisam antes ser compreendidos em sua constante interação dialética, interação indivisível, não isolável.” *Ibid.*, p. 147. Existe, portanto, uma dimensão da realidade social que demanda uma intervenção se o que se pretende é a sua transformação radical e aqui vale lembrar o que escreveu Che Guevara: “No siempre hay que esperar a que se den todas las condiciones para la revolución; el foco insurreccional puede crearlas.” GUEVARA, E., *La Guerra de Guerrillas*, p. 13.

trabalho nunca possuiu qualquer direito ou garantia ou, na melhor das hipóteses, os possuiu precariamente. Não é fruto do mero acaso que alguns dos principais movimentos anti-sistêmicos ocorram na América Latina, como é o caso do zapatismo no México, dos Okupa (desempregados argentinos que ocupam fábricas abandonadas) na Argentina e do MST, no Brasil. No entanto, se por um lado estas condições permitem uma práxis revolucionária, as mesmas condições, por outro, também possibilitam novos fascismos ou novos fundamentalismos, como é o caso do islâmico e do protestante norte-americano, isto para não falar no fundamentalismo neoliberal, tendências que hoje parecem prevalecer sobre as realmente emancipadoras, pois “da mesma forma que afortunadamente ocorre, nesse mundo tão salpicado de tons claros e escuros, um relampejar do tudo possível, também se apresentam ameaçadores os turvamentos do nada possível<sup>104</sup>.” A aposta revolucionária, a esperança (do esperar e não do esperar) na emancipação humana, exige, por conseguinte, a consciência da possibilidade do seu contrário, no que implica uma utopia historicamente incerta, hoje até mesmo improvável, mas é justamente por ser incerta e improvável que ela exige o nosso total engajamento, pois “...enquanto a realidade não for completamente determinada, enquanto ela contiver possibilidades inconclusas em novas germinações e novos espaços de conformação, enquanto for assim, não poderá proceder da realidade meramente fática qualquer objeção absoluta contra a utopia<sup>105</sup>.” Mas dizer isto é dizer também que não procederá da realidade qualquer argumento absoluto em prol da utopia, sendo esta, na melhor das hipóteses, tão incerta quanto o seu contrário. Uma passagem de Beckett pode ser lida, então, como uma advertência contra todo otimismo ou fatalismo determinista: “Nosso salvador. Dois ladrões. Dizem que um deles se salvou e o outro... (*Busca o contrário de 'salvar-se'*) se perdeu<sup>106</sup>.” Em suma, é preciso a tomada de consciência que o “tudo é possível” está sempre acompanhado pelo “nada é possível”, ou seja, a possibilidade de salvação coexiste com a possibilidade de perdição bem como a possibilidade de emancipação coexiste com a possibilidade de mais exploração.

---

<sup>104</sup> BLOCH, E., *O Princípio Esperança vol I*, p. 192.

<sup>105</sup> *Ibid.*, p. 195.

<sup>106</sup> BECKETT, S., *Esperando Godot*, p. 24.

No entanto, a acumulação flexível, ou o toyotismo, fragmentou o proletariado em novas categorias sociais ou subclasses, no que pode resultar numa dispersão semelhante a que ocorria com os camponeses na Idade Média, conforme Marx e Engels observam na *Ideologia Alemã*: “As grandes sublevações da Idade Média partiram todas do campo e todas elas falharam devido à dispersão dos camponeses e à incultura que era a sua conseqüência<sup>107</sup>.” Em outras palavras, as novas clivagens do proletariado podem resultar numa espécie de fragmentação ou mesmo dispersão que, em última instância, pode impossibilitar a formação da unidade do proletariado e, com isso, obstar o desenvolvimento da consciência de classe. Logo, um dos grandes desafios do proletariado hoje é a sua união e, conseqüentemente, a superação de suas clivagens. Surge, assim, a necessidade de um novo sindicalismo, ou de um novo movimento de trabalhadores, que efetivamente propugne esta superação, não separando mais trabalhadores de carteira assinada, terceirizados, cooperativados, desempregados etc. Ricardo Antunes escreve:

O primeiro desafio, fundamental para própria sobrevivência dos sindicatos, será *romper a enorme barreira social* que separa os trabalhadores ‘estáveis’, em franco processo de redução, dos trabalhadores em tempo parcial, precarizados, subproletarizados, em significativa expansão no atual cenário mundial. Os sindicatos devem organizar e auxiliar na auto-organização dos desempregados, em vez de expulsá-los dos sindicatos porque sem emprego obviamente não podem pagar as taxas de filiação sindical. É inaceitável que um trabalhador ou trabalhadora seja excluído do sindicato porque foi expulso do mercado de trabalho pelo capital. *Devem empenhar-se fortemente na organização sindical ampliada dos trabalhadores hoje desorganizados*. Ou os sindicatos organizam a *classe trabalhadora em seu conjunto* ou estarão cada vez mais limitados e restritos a um contingente minoritário e parcial dos trabalhadores<sup>108</sup>.

Isto não quer dizer que a unidade da classe proletária tenha se tornado uma espécie de dever abstrato, perfazendo, com isso, a idéia central de um suposto sermão marxista ou a idéia reguladora de uma nova “moral” revolucionária. Ao contrário, o que se pretende é ressaltar uma necessidade do proletariado – a de união -, necessidade esta que não apenas é real, mas que pode se tornar cada vez mais

<sup>107</sup> MARX, K., ENGELS, F., *A Ideologia Alemã*, p. 64.

<sup>108</sup> ANTUNES, R., *Os Sentidos do Trabalho*, p. 244.

evidente, visto que as premissas da lógica dos antigos sindicatos conduz a uma única conclusão: a derrota e, com ela, precarização e desemprego. Portanto, a esperança<sup>109</sup>, ou a aposta<sup>110</sup> deste trabalho, consiste no fato de que é objetivamente possível ao proletariado a tomada de consciência de que é necessária uma organização muito mais ampla do que aquela que ocorre hoje.

---

<sup>109</sup> Ernst Bloch escreve sobre a *docta spes*: “*Docta spes*, a ‘esperança compreendida’, torna claro assim o conceito de um princípio que não mais deixa o mundo. (...) o conceito de princípio utópico, no bom sentido, a rigor torna-se aqui ainda mais central, qual seja: o da esperança e de seus conteúdos ligados à dignidade humana. (...) Expectativa, esperança e intenção voltadas para a possibilidade que ainda não veio a ser: este não é apenas um traço básico da consciência humana, mas, retificado e compreendido concretamente, uma determinação fundamental em meio à realidade objetiva como um todo.” BLOCH, E., *Princípio Esperança vol. I*, p. 17. No entanto, a esperança defendida neste trabalho não se define pelo tom otimista militante de Ernst Bloch, mas sim por tom mais próximo de Walter Benjamin: “BATISTÉRIO DE FLORENÇA. Sobre o portal a ‘Spes’ de Andréa Pisano. Está sentada e, desvalida, ergue os braços em direção a um fruto que lhe permanece inalcançável. Contudo, é alada. Nada é mais verdadeiro.” BENJAMIN, W., *Rua de Mão Única*, p. 48. Neste sentido, o termo mais adequado do que otimismo militante seria o pessimismo revolucionário: “Esse pessimismo não quer dizer, é mais do que evidente, aceitação resignada do pior: significa que não confiamos no ‘curso natural da história’, que nos preparamos para nadar contracorrente, sem certeza da vitória. Não é a crença teleológica em um triunfo rápido e certo que motiva o revolucionário, mas a convicção, mas a convicção profundamente enraizada de que não se pode viver como um ser humano digno desse nome sem combater com pertinácia e vontade inabalável a ordem estabelecida.” LÖWY, M., *Estrela da Manhã*, p. 16. É interessante transcrever outra passagem de Bloch: “...uma pitada de pessimismo seria preferível à fé no progresso automático, pois, numa dimensão realista, um tal pessimismo pelo menos não fica tão desamparado e surpreso diante de fracassos e catástrofes, diante das terríveis possibilidades que estavam e estão implicadas no avanço capitalista. Pensar *ad pessimum* é, para toda análise que não o absolutiza, um companheiro de viagem melhor que a ingenuidade barata, e ele constitui a frieza crítica justamente no marxismo. Para toda decisão revolucionária, o otimismo automático não é menos venenoso do que o pessimismo absolutizado, visto que, enquanto o último está abertamente a serviço da despuddorada posição reacionária digna de nome, tendo como propósito o desestímulo, a primeira presta auxílio à posição reacionária envergonhada, tendo como propósito a condescendência do malicioso piscar de olhos e a passividade.” BLOCH, E., *Princípio Esperança vol. I*, p. 197.

<sup>110</sup> Lucien Goldmann escreve: “ser homem significa engajar sem reservas sua existência na afirmação eternamente improvável de uma relação possível entre o dado sensível e o sentido (...), relação, repetamos, que não se pode demonstrar e na qual, entretanto, é necessário engajar toda sua existência.” GOLDMANN, L., *Dialética e Cultura*, p. 196. Contudo, a aposta numa possibilidade objetiva consiste na assunção de que “nenhuma verdade é válida a não ser que lhe juntemos a verdade contrária.” Ibid., p. 190. Em outras palavras, a aposta numa possibilidade objetiva é também a consciência a possibilidade do seu contrário. No caso da união e emancipação do proletariado, isto significa afirmar a consciência de que estas podem não ocorrer, ou seja, são igualmente possibilidades objetivas.

### 3.7 A nova norma de consumo

As transformações que a acumulação flexível trouxe para o mundo do trabalho não se limitaram apenas ao proletariado enquanto trabalhador, mas também enquanto consumidor. Já foi dito anteriormente que no fordismo o consumo de um certo número de mercadorias (carro, moradia e eletrodomésticos) desempenhou um papel importante para o desenvolvimento da acumulação rígida fordista. Para tanto, era necessário que o trabalhador recebesse um salário que lhe possibilitasse a compra dessas mercadorias, o que foi possível por meio daquilo que Alain Bihir chamou de compromisso fordista. Contudo, este compromisso é rompido pela acumulação flexível, ou seja, pelas novas formas precarizadoras de extração de trabalho. Esta nova realidade, no que se refere ao consumo, exige, por sua vez, aquilo que foi designado pelo autor como a *nova norma de consumo*, tendo em vista que é necessário que o capital, em primeiro lugar, crie novos mercados rentáveis engendrando novas demandas para produtos (bens ou serviços) de grande consumo. Entrementes, a exigência dessas transformações no consumo também torna necessárias transformações no próprio processo produtivo, resultando, assim, no desenvolvimento de equipamentos de informática, de robótica e de telemática, ou seja, trazendo a revolução microelétrica para o interior da produção de mercadorias. O capital inicia, então, a produção e controle de novas aspirações consumistas, ou seja, a criação de novos modos consumistas de vida que orbitam em torno da habitação, do lazer, da saúde e da cultura. Zigmunt Bauman, o *Mal-Estar da Pós-Modernidade*, afirma que esta produção e controle capitalista de aspirações consumistas, conforme será visto mais adiante, engendrará na sociedade um novo mal-estar que é efeito da desestabilização constante da subjetividade dos indivíduos através do incessante incitamento da promessa de prazer que o consumo realiza, o que coloca a identidade dos indivíduos sob o assalto onipresente do *id*, invertendo, por conseguinte, o mal-estar que Freud diagnosticava como sendo da civilização, ou seja, de um super-ego e ego repressores do nosso princípio de prazer.

Contudo, é decepcionante o avanço relacionado às novas exigências de consumo no que se refere à criação de uma *nova* existência para os indivíduos. Ainda que a acumulação flexível, através da sua revolução microelétrica, tenha possibilitado a abertura de novos mercados para o consumo privado que vai desde produtos domésticos de informática (calculadoras, jogos eletrônicos, microcomputadores) até produtos da telemática audiovisual moderna (televisões, vídeolaser, CDs, televisão a cabo ou por satélite etc.), esta mesma revolução, segundo Alain Bihr, está longe de ter mudado fundamentalmente os modos de vida e, por isso, pergunta: “onde estão hoje, por exemplo, as experiências de teletrabalho para as quais, há uma década, era prognosticado um desenvolvimento fulgurante<sup>111</sup>?”

Ademais, o capital vive hoje a contradição entre a necessidade de, a curto prazo, sanear a crise econômica por meio de medidas que exigem austeridade econômica tanto das empresas quanto dos governos, o que se traduz em redução de salários diretos e indiretos, na eliminação de postos de trabalho e, por conseguinte, na indesejada diminuição do potencial de consumo dos indivíduos; mas, a longo prazo, o capital tem a necessidade de implementar uma nova norma social de consumo para evitar uma nova crise de superprodução, o que exigiria um aumento dos empregos e dos salários diretos e indiretos, aumento este impossível em virtude da nova realidade tecnológica da produção e da impossibilidade de o capital aumentar o seu custo com o trabalho. Outro obstáculo para o estabelecimento da nova norma social de consumo é o aumento da jornada de trabalho e, conseqüentemente, a redução do tempo livre do trabalhador. O que é especialmente grave desta situação é que os novos produtos oferecidos pela acumulação flexível exigem um aumento das horas livres de trabalho para a sua fruição e esta redução do tempo de trabalho para um aumento do tempo livre exigiria um novo compromisso social entre capital e proletariado, o que, conforme já foi visto, se torna cada vez mais difícil não só pela desarticulação dos trabalhadores, mas também pela impossibilidade de o capital arcar com novas despesas salariais, sejam estas diretas ou indiretas. Some-se a isto o fato de o capital ser tecnologicamente incapaz de oferecer empregos em larga escala, dada a sua

---

<sup>111</sup> BIHR, A., *Da Grande Noite à Alternativa*, p. 94.

revolução microelétrica que, entre outros resultados, diminuiu os postos de trabalho no interior das indústrias.

Alain Bihl conclui, então, que, apesar de a transformação precarizadora produzida no interior do mundo do trabalho ter resultado numa “nova (e trágica) ordem produtiva”, no que se refere ao consumo, as transformações foram muito mais modestas, ou seja, a nova ordem produtiva não criou uma nova norma de consumo. No entanto, apesar de todos esses limites à criação de uma nova norma de consumo, é preciso dizer que a revolução microelétrica, com toda a sua trágica diminuição de custos com a produção através da quase abolição da estabilidade no trabalho, tornou possível um barateamento das mercadorias produzidas, o que possibilitou o acesso ao consumo de trabalhadores que antes não podiam consumir, ou seja, apesar da precarização no mundo do trabalho ter resultado na instabilidade no trabalho, ela também possibilitou o barateamento das mercadorias tornando-as acessíveis a uma população que antes não participava ou quase não participava do consumo. Este barateamento das mercadorias vem, ainda, acompanhado por um intenso desenvolvimento das técnicas e dos meios de propaganda, o que foi possível, em grande medida, graças ao desenvolvimento e à democratização da televisão e da computação (esta em menor escala), tornando mais eficaz a produção de desejos e anseios consumistas nos indivíduos. Outro fator importante para o aumento do consumo, apesar de todas as mudanças precarizadoras no mundo do trabalho, é o desenvolvimento da oferta de créditos aos trabalhadores, o que também intensifica a sua alienação, uma vez que eles têm de lutar contra toda instabilidade existente no mundo do trabalho hoje se quiserem honrar as suas dívidas e não perderem tudo que possuem. Logo, além de trabalhador e consumidor alienado, o indivíduo se torna endividado, ou seja, devedor do capital. Entretanto, essa situação é bastante perigosa para o próprio capital, visto que a concessão de créditos na forma como vem sendo realizada hoje em dia “esquece” da discrepância entre os créditos oferecidos e o que efetivamente o trabalhador pode consumir com o que ganha. Daí, por exemplo, a tragédia para o trabalhador dos “descontos em folha”, ou mesmo a crise imobiliária norte-americana, ou ainda, a incrível inadimplência com os cheques pré-datados, ou seja, produz-se uma bolha financeira na esfera do consumo privado a partir da criação

de um crédito que não encontra paralelo com a realidade salarial do trabalhador e isto justamente para se manter alto o nível de consumo atual.

Portanto, apesar de a nova ordem produtiva não ter criado uma “nova” norma de consumo, o consumo não só tem persistido, como, atualmente, tem até aumentado, sobretudo em países como China, Índia e Brasil. Contudo, este consumo está fundado sobre uma realidade social extremamente frágil e volátil, o que torna bastante incerta o futuro da atual norma de consumo. Porém, tão importante quanto pensar na realidade social que sustenta o nível de consumo hoje, é pensar nos efeitos que este mesmo consumo produz na subjetividade do consumidor-trabalhador-endividado; mas esta questão será abordada num capítulo específico.

### 3. 8 O toyotismo

Falta abordar a outra origem da acumulação flexível e, ainda, a crise estrutural da social democracia. Antunes afirma que de todas as alternativas ao modo de produção fordista experimentadas pelo capital foi o toyotismo a que encontrou maior ressonância. Criado pelo engenheiro Ohno, o toyotismo, ou a via japonesa de consolidação do capitalismo monopolista industrial, é uma forma de organização da produção que nasce no Japão pós-45 e que com grande velocidade se espalha por todo aquele país. O toyotismo se caracteriza, primeiramente, por ser uma produção vinculada à demanda que busca *atender às exigências mais individualizadas*, diferente do que ocorre com a produção em massa fordista, sendo, por isso, o toyotismo uma produção bastante heterogênea enquanto que a fordista necessariamente homogênea. O modelo japonês se caracteriza, em segundo lugar, pelo trabalho operário de equipe com *multivariabilidade de funções*, diferindo, assim, do parcelamento do trabalho tipicamente fordista. A terceira característica do toyotismo é a *produção flexível*, possibilitando ao operário operar concomitantemente máquinas diversas, o que altera a relação homem-máquina em que estava fundado o fordismo. O *just in time* é sua quarta característica, ou seja, a máxima otimização do tempo de produção. É implantado no toyotismo o sistema *kan ban*, a sua quinta característica, que se define por estocagem mínima quando comparada à estocagem fordistas (este sistema é inspirado no modelo de reposição de mercadorias dos supermercados). A sexta característica é a *horizontalização* da estrutura da produção, pois enquanto que no fordismo 75% da produção era realizada no interior da fábrica, no toyotismo apenas 25% o é, transferindo, conseqüentemente, para terceiros tudo aquilo que não pertence à especialidade da fábrica (por exemplo, numa fábrica de carros, a produção de carros, mas não o pessoal da faxina, ou seja, todas as atividades meio e não as fim, eis uma das razões do desemprego estrutural atualmente). A organização dos Círculos de Controle de Qualidade, a sétima característica, visa à constituição de grupos de trabalhadores onde o capital estimula a discussão sobre o seu trabalho e o seu desempenho, objetivando, com isso, melhorar e aumentar a produtividade (estes grupos são um importante instrumento capitalista de apropriação do *savoir faire*

intelectual e cognitivo do trabalho, o que era ignorado pelo fordismo). Por fim, a oitava característica é a instauração do emprego vitalício para 25 a 30% dos trabalhadores, excetuando-se as mulheres. De todas as características do toyotismo adotadas pelo Ocidente esta última foi a menos conservada<sup>112</sup>.

A forma toyotista de produção é essencialmente a origem da acumulação flexível, uma vez que ela possibilita uma intensificação da exploração do trabalho através da multivariada de funções e do ritmo acelerado de sua cadeia produtiva, configurando, assim, um quadro extremamente positivo para o capital. O toyotismo inaugura, então, um novo patamar de intensificação do trabalho ao combinar formas relativa e absoluta de extração de mais-valia, possível apenas pela comunhão de novas técnicas de administração e novas tecnologias advindas da revolução microelétrica. A principal mudança na estrutura da produção realizada pelo toyotismo, conseqüentemente, não está na substituição da principal força produtiva, o trabalho vivo, mas na interação crescente entre trabalho vivo e ciência, sendo esta a principal razão da atualidade e verdade da pretensão de superioridade possível da perspectiva do proletariado, pois, apesar de o capital ter mudado a sua forma de extração de trabalho humano, esta ainda ocorre através da velha forma da onipresente venda de força de trabalho. Dito de outra maneira, apesar de toda reestruturação da forma de extração de trabalho, no que resulta na passagem do fordismo para o toyotismo, o que se configura não é a abolição do trabalho, o fim das classes, tampouco o fim dos empregos, ainda que este seja uma tendência, mas sim uma mudança apenas no modo como as classes se estruturam, visto que continua havendo compra e venda de trabalho, ou seja, o capital *ainda* necessita do trabalho humano para poder acumular. Portanto, mais do que a possibilidade de se defender a superioridade da perspectiva do proletariado, tornou-se necessária a sua assunção como resultado não só da intensificação da exclusão e exploração do trabalho humano, mas também da catástrofe ambiental que a existência do capital em sua

---

<sup>112</sup> Antunes escreve: "...enquanto o modelo japonês implementou o 'emprego vitalício' para uma parcela de sua classe trabalhadora (30% segundo alguns autores), algo muito diverso ocorre no Ocidente, onde a segurança no emprego aparece com ênfase muito mais restrita e limitada, *mesmo nas empresas de capital japonês estabelecidas na Europa*. 'Com efeito, a segurança no emprego não é aceita por mais de 11% das empresas. Ela é relativamente mais aceita no Reino Unido (13% das firmas instaladas dentro dele) do que na França (5%) ou na Espanha (6%)' (Costa e Garanto, 1993: 98)". ANTUNES, R., *Os Sentidos do Trabalho*, p. 57.

forma hodierna, consumista, significa. Em suma, a centralidade e superioridade da perspectiva do proletariado persiste porque todas as tentativas de substituir completamente o trabalho humano fracassaram. Ricardo Antunes cita o exemplo do Projeto Saturno da General Motors (GM) nos EUA:

O projeto utilizou-se do *just in time*, do *team work*, da automatização e informatização avançadas, da produção modular, da terceirização, da subcontratação, operando com empresas que foram chamadas para a proximidade da GM, reproduzindo o mesmo sistema de produção da Toyota. Do mesmo modo que no projeto inspirador, o vínculo mais direto com o consumidor permitia a produção dos veículos com as conformações solicitadas, além de envolver o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Automobilística, o UAW (United Automobile Workers). (...) A primeira conclusão dessa experiência da GM diz respeito à utilização de alta tecnologia: sua implantação mostrou-se mais complexa do que parecia, apresentando inúmeros pontos deficientes, além de freqüentemente demonstrar inadequação entre a tecnologia avançada e força de trabalho. Esta, apesar de sua qualificação, não conseguiu adaptar-se ao novo modelo. O projeto de implantação de uma fábrica altamente tecnologizada foi, então, abandonado pela GM/Saturno, que passou a investir mais recursos na melhor qualificação e preparação da sua força de trabalho, do *trabalho humano em equipe*. *Reconheceu-se, desse modo, que não adiantava introduzir robôs e tecnologias avançadas, sem a equivalente qualificação e preparação de sua força de trabalho*<sup>113</sup>.

Logo, o emprego em larga escala da tecnologia mais avançada na produção não teve como efeito a eliminação do trabalho humano, mas a necessidade de sua qualificação. Porém, Ricardo Antunes observa:

...ao mesmo tempo em que se visualiza uma tendência para a *qualificação* do trabalho, desenvolve-se também *intensamente* um nítido processo de *desqualificação* dos trabalhadores, que acaba configurando um processo contraditório que *superqualifica* em vários ramos produtivos e *desqualifica* em outros. (...) Complexificou-se, fragmentou-se e heterogenizou-se ainda mais a *classe-que-vive-do-trabalho*. Pode-se constatar, portanto, de um lado um efetivo processo de *intelectualização do trabalho manual*. De outro, e em sentido radicalmente inverso, uma *desqualificação* e mesmo *subproletarização* intensificadas, presentes no trabalho precário, informal, temporário, parcial, subcontratado etc. Se é possível dizer que a primeira tendência – a *intelectualização do trabalho manual* – é, em tese, mais coerente e compatível com o enorme avanço tecnológico, a segunda – a *desqualificação* – mostra-se

<sup>113</sup> ANTUNES, R., *Os Sentidos do Trabalho*, p. 58-59.

também plenamente sintonizada com o modo de produção capitalista, em sua *lógica destrutiva* e com sua *taxa de uso decrescente* de bens e serviços. Tudo isso nos permite concluir que nem o operariado desaparecerá tão rapidamente e, o que é fundamental, não é possível perspectivar, nem mesmo num universo distante, nenhuma possibilidade de eliminação da *classe-que-vive-do-trabalho*<sup>114</sup>.

Antunes, a partir desta base empírica, pode, então, escrever:

...defendemos a tese de que a sociedade do capital e sua *lei do valor* necessitam cada vez *menos* do trabalho estável e cada vez *mais* das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*, terceirizado, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista<sup>115</sup>.

---

<sup>114</sup> ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho?*, p. 62.

<sup>115</sup> *Ibid.*, p. 10.

### 3.9

#### A noção ampliada de proletariado e de burguesia

Mas quem é o proletariado? Ou mesmo quem é a burguesia neste contexto? O que parece claro é que as transformações sofridas pelo mundo do trabalho ao longo de todo século XX não aboliram ou superaram a cisão fundamental da sociedade capitalista, a separação entre os proprietários dos meios de produção e os que têm de vender a sua força de trabalho, porém tal fato não torna mais fácil a questão de quem é o capital e o proletariado hoje.

Entretanto, antes de tratar de tais conceitos, é necessário uma breve análise da crítica de Robert Kurz ao conceito de trabalho, uma vez que este autor não só é dono de uma das críticas mais contundentes e radicais tanto no que se refere ao capital quanto no tange à esquerda marxista, mas também porque a sua crítica aos conceitos tradicionais do marxismo permite esclarecer a questão do proletariado contemporâneo:

Agora se coloca a questão: o que fazer diante desta crise? Parece que com os velhos conceitos da crítica social marxista não podemos mais avançar. Não só porque o pensamento conceitual marxista das últimas décadas foi filtrado pelo problema da modernização retardatária, definido por uma situação na qual o processo de modernização, aparentemente infinito, chegou ao seu fim definitivo, mas também pelo fato de que o marxismo, em especial, e isso começa com o próprio Marx, está fortemente ancorado no paradigma do trabalho, num mito do *produtivismo* abstrato. O conceito de trabalho só foi esboçado esquematicamente: por um lado, supra-historicamente como fundamento humano ontológico, e por outro, já numa forma disfarçada e sub-reptícia que se identifica como capitalista, isto é, na relação aparentemente coerente de trabalho/renda monetária/consumo de mercadoria. E se numa crise efetiva da sociedade do trabalho rasga-se este nexos de mediação trabalho/dinheiro/consumo, assim, obviamente, fecha-se o círculo e a tradicional crítica social marxista fica de mãos vazias. Então, formas anteriores de emancipação, arrebentam-se conjuntamente nesta barreira da modernidade. E regressar à pré-modernidade nós também não podemos. Trata-se quase de uma situação de paralisia<sup>116</sup>.

---

<sup>116</sup> KURZ, R., “Com todo vapor ao colapso”. In: *Com todo vapor ao colapso*, p. 39. O que Robert Kurz chama de modernização, na verdade, é o advento da globalização, do desemprego crônico, da terceirização e ficcionalização. Sobre esta última, o autor compreende como a possibilidade de o

Todavia, o mesmo Robert Kurz, junto com o Grupo Krisis, escreve sobre o trabalho:

Enquanto existirem seres humanos, eles hão de construir casas, fabricar roupas, produzir alimentos e muitas outras coisas, hão de educar os filhos, escrever livros, discutir assuntos, construir jardins, compor músicas e tanto mais. Esta é uma verdade banal e evidente. O que não é evidente é que *a atividade humana em si*, o puro “dispêndio de força de trabalho”, sem que se leve em consideração o respectivo conteúdo e independentemente das necessidades e da vontade dos envolvidos, se torne num princípio abstrato que domina as relações sociais<sup>117</sup>.

O que é possível concluir a partir destas citações é que Kurz não se volta propriamente contra a categoria do trabalho, mas sim da subsunção da força de trabalho à categoria alienante de trabalho abstrato<sup>118</sup> e, por conseguinte, da naturalização da força de trabalho enquanto mercadoria e, por isso, alienada. Mas, no que se refere ao aspecto supra-histórico do trabalho, ao menos duas conclusões são possíveis. Na primeira ele se referiria ao trabalho, ou práxis, enquanto “atividade social conscientemente voltada para um fim<sup>119</sup>” e, neste sentido, segundo o próprio autor, enquanto houver seres humanos haverá trabalho, independentemente da época, o que relativiza a sua acusação de “supra-historicidade” do trabalho, mas esta afirmação o colocaria em contradição. No entanto, ele afirma que isto é uma verdade banal e evidente; então, a que trabalho ele se refere? Sobre que compreensão de

---

capital hodiernamente acumular prescindindo de força de trabalho, o que se dá graças à “financerização” que transforma o mundo num grande cassino.

<sup>117</sup> KRISIS, Grupo., *Manifesto contra o Trabalho*, p. 31. O Grupo Krisis é composto por Robert Kurz, Ernst Lohoff, Norbert Trenkle, Claus Peter Ortlieb, Franz Schandl e Hans von Bosse.

<sup>118</sup> Marx escreve: “O tempo de trabalho socialmente necessário é o tempo requerido para produzir-se um valor-de-uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais existentes e com grau social médio de destreza e intensidade.” MARX, K., *O Capital Livro 1 Volume 1*, p 61. Assim ele pode dizer: “Quando o casaco, como figura do valor, é equilibrado ao linho, iguala-se o trabalho inserido naquele com o contido neste. Sem dúvida, o trabalho concreto do alfaiate, que fez o casaco, difere do executado pelo tecelão, que faz o linho. Mas, equiparado ao do tecelão, reduz-se o trabalho do alfaiate ‘aquilo que é realmente igual em ambos os trabalhos, sua condição de trabalho humano. Por esse meio indireto, diz-se que o trabalho do tecelão, ao tecer valor, não possui nenhuma característica que o diferencie do trabalho do alfaiate, sendo, portanto, trabalho humano abstrato. Só a expressão da equivalência de mercadorias distintas põe ‘a mostra a condição específica do trabalho criador de valor, porque ela realmente reduz à substância comum, a trabalho humano, simplesmente, os trabalhos diferentes incorporados em mercadorias diferentes.’ Ibid., p. 72-73.

<sup>119</sup> MARKOVIC, M., *Dialética de la Praxis*, p. 23.

trabalho ele está se detendo, junto com outros, no *Manifesto contra o Trabalho?* Outro não pode ser senão o trabalho assalariado ou tornado mercadoria, ou ainda, o trabalho alienado. Uma passagem parece corroborar esta afirmação:

Ora, precisamente porque a luta por um “salário justo por um dia justo de trabalho” não tem mais nenhuma perspectiva histórica de evolução, encontra-se finalmente em pauta a concretização do inverso ao de Marx: “Abaixo o trabalho assalariado!”. Em vez de contribuir com a minguada esmola conceitual para o miserável debate, que nos corta o coração, sobre a “geração de empregos”, é preciso atacar pela raiz o sistema de “empregos”, isto é, a transformação de “trabalho” em mercadoria. (...) Essa perspectiva não significa absolutamente abandonar sem lutas o terreno das contradições imanentes de interesse (em sua forma-mercadoria) que sempre vem à tona<sup>120</sup>.

Seria interessante analisar não só em que momento de sua obra Marx escreveu a favor do trabalho assalariado, mas também se era realmente isso que ele pretendia, o que parece estar em contradição com a sua obra, sobretudo na sua crítica ao trabalho alienado nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Mas, este não é o propósito desta pesquisa, o que importa aqui é saber que mesmo um dos maiores críticos da velha esquerda, do neoliberalismo e da social-democracia parece ter uma certa dubiedade em suas afirmações quando tomadas no conjunto de algumas de suas obras, no que se refere ao conceito de trabalho e ao conceito de trabalho assalariado. Entretanto, esta dubiedade, em algumas passagens, *pode* nos fazer entender a história sob uma forma fetichizada, ou seja, como que dotada de uma objetividade transcendental, impermeável à ação do homem, ou ainda, como um movimento sem sujeito:

O liberalismo caracteriza-se, com isso, por uma enorme contradição: a ‘liberdade’ social do indivíduo sempre coincide com a irrestrita capitulação geral de todos os indivíduos ante uma cega máquina social avessa a discussões: o Baal secularizado do capital. Também se pode dizer que, por meio de suas exigências desmedidas no seio da sociedade, o absolutismo gerou o monstro sem sujeito de um automatismo econômico independentizado que fugiu a seu próprio controle e a seguir arrebatou-lhe a “soberania”. O liberalismo, que exigia em primeiro lugar a “liberdade” do indivíduo, na verdade somente deu execução à autonomia dessa “máquina”. Os liberais não são outra coisa senão

<sup>120</sup> KURZ, R., *Os Últimos Combates*, p. 340.

os sacerdotes de um ídolo automático que dita ao “processo de troca natural com a natureza” (Marx) uma cadência irracional segundo “regularidades” mecânicas<sup>121</sup>.

Assim, parece que Kurz, quando critica a categoria tradicional de trabalho do marxismo, na verdade está se referindo ao trabalho assalariado, ou seja, alienado, e todo o seu esforço, então, se volta contra a capitulação do movimento operário social-democrata, a velha esquerda marxista, em sua luta por apenas um salário justo por um dia justo de trabalho. Ademais, o esforço de Kurz está, também, na denúncia da capacidade de o capital acumular sem trabalho humano<sup>122</sup> através dos mercados financeiros e da introdução de alta tecnologia na linha de produção; e é justamente esta denúncia que faz com que o autor inflacione os efeitos da “financeirização” da economia, tornando férrea a sua objetividade<sup>123</sup>. Todavia, é importante lembrar que Alain Bihl afirma que o descolamento da esfera financeira da esfera da produção e do consumo reais de mercadorias cria uma bolha financeira cujo resultado só pode ser o *crash* (crise de superprodução e de consumo). Neste sentido, ainda que a referida “financeirização” tenha tornado possível uma relativa retomada das taxas de lucro da

<sup>121</sup> Ibid., p. 266. Ricardo Antunes escreve sobre Robert Kurz: “Na recuperação ontológica do objeto, Kurz *suprimiu* a dimensão, decisiva em Marx, da *subjetividade*. Os seres e personagens do capital e do trabalho são epifenômenos de uma lógica dada por um objetivismo férreo. Neste ponto, e inspirado no *tom* provocativo do texto, parece-nos que o materialismo de Kurz é mais próximo de Feuerbach do que de Marx. Vale lembrar a *primeira tese* sobre Feuerbach: o principal defeito de todo o materialismo até aqui (incluído o de Feuerbach) consiste em que o objeto, a realidade, a sensualidade só são apreendidos sob a forma de *objeto ou de intuição*, mas não como *atividade humana sensível*, como *práxis*, não subjetivamente. (...) A lacuna que Kurz atribui a Marx é uma lacuna de Kurz: o seu entendimento do *fetichismo* como quase integral, insolúvel e irremovível obsta a existência ativa e a resistência efetiva dos sujeitos. (...) Para sermos claros: uma coisa é o esgotamento da sociedade do trabalho *abstrato*. Outra, bem diferente, é a crítica que recusa um projeto societário que conceba o *trabalho* como *criador de valores de uso*, sua *dimensão concreta*, como *atividade vital, desfetichizada*, como *ponto de partida* (e não de largada) para a *omnilateralidade humana*.” ANTUNES, R., *Adeus ao Trabalho?*, p. 112-113.

<sup>122</sup> O que Viviane Forrester chamou de o *horror econômico*. Ela escreve: “Esses mercados não desembocam em nenhuma produção real. Não necessitam sequer de endereços imobiliários. Não utilizam pessoal, já que bastam alguns telefones e computadores para atingir mercados virtuais.” FORRESTER, V., *O Horror Econômico*, p. 88.

<sup>123</sup> Robert Kurz faz um interessante: “Ce système, dans toute son hostilité à la vie, ne se laisse plus abuser par la ruse. C’est l’absurde principe de rentabilité même que doit tomber: non-rentables de tous le pays, unissez-vous!” KURZ, R., *Avis aux Naufragés*, p. 134. O apelo é interessante, mas ele se torna mais radical se se articular trabalhadores que ainda são rentáveis e aqueles que são cada vez mais precariamente rentáveis. Do contrário, fica realmente difícil acreditar numa real transformação. O debate acerca da centralidade ou não do conceito de trabalho é demasiado amplo para ser desenvolvido neste trabalho e, por este motivo, se preferiu abordar apenas no que se refere a um dos autores mais utilizados nesta tese: Robert Kurz. Contudo, este debate foi muito bem estudado por José Henrique Carvalho Organista em seu livro *O Debate sobre a Centralidade do Trabalho*.

época do fordismo pós-guerra, esta só foi possível por meio de uma “virtualização” financeira da economia, o que torna o mercado demasiadamente volátil e, conseqüentemente, sujeito a crises. É importante observar que as ações e os títulos vendidos nas Bolsas de Valores são papéis de empresas ou de economias de países que, em muitos casos, não conseguem superar as suas crises, isto é, são papéis de empresas ou de países reais e não virtuais, o que impossibilita a absolutização do descolamento da esfera financeira da esfera produtiva e comercial, ou seja, impossibilita a absolutização da autonomia do mercado de ações e de títulos em relação à produção e ao consumo, uma vez que essa esfera se constitui como a base, ainda que remota, sobre a qual toda esfera financeira se apóia, retirando, assim, qualquer traço de impermeabilidade e de solidez da objetividade da economia capitalista atual, mas, pelo contrário, conferindo a esta objetividade a sua extrema volatilidade precisamente por ter se tornado remota. Para se utilizar de uma imagem, é como se a financeirização da economia tivesse posto a própria economia de cabeça para baixo, algo como uma pirâmide invertida, ou ainda, como um cone invertido, cuja base, a ponta da pirâmide ou do cone, a produção e o consumo reais de mercadoria, sustenta todo o resto do corpo da pirâmide ou do cone, a bolha do mercado financeiro. E é esta aberração da engenharia econômica que o capital pretende salvar com as suas soluções, planos e ideologias, vide o caso das soluções keynesianas e neoliberais mencionadas por Ricardo Antunes e Alain Bihl e, mais recentemente, o caso da crise do mercado imobiliário. É importante ressaltar também que o sistema financeiro não se encontra absolutamente desprotegido, como na crise de 29, pois pode contar com toda uma rede de proteção financeira que freqüentemente reforça a “blindagem econômica”, para usar um jargão neoliberal, das empresas e dos países, o que efetivamente tem evitado a generalização e o aprofundamento da crise. Contudo, a atuação destas redes de proteção financeira, como é o caso do Banco Mundial ou do FMI, também está submetida ao nervosismo e vulnerabilidade dos mercados.

Mas, então, a pergunta retorna: como compreender, hoje, o proletariado e o capital? Como compreender a cisão original da realidade sócio-econômica do capital? Como compreender esta base remota da forma atual da economia de mercado? É

preciso um conceito, então, que englobe a totalidade daqueles que vendem a sua força de trabalho por um salário. Este novo conceito ampliado de proletariado, ou de classe trabalhadora, deve incluir, em seu núcleo central, os trabalhadores produtivos, aqueles que participam diretamente na produção de mais-valia e do processo de valorização do capital, sendo este o motivo de sua centralidade, em que o proletariado industrial é o seu núcleo principal. O novo conceito de proletariado deve englobar também os *trabalhadores improdutivo*s, aqueles que não participam diretamente da produção de mais-valia, não pertencendo ao núcleo produtivo, como parte do processo de valorização do capital, ou seja, o setor de serviços, bancos, comércio, turismo, aqueles que realizam atividades na fábrica sem criar diretamente valor. Em suma, a nova noção ampliada de proletariado, ou de classe trabalhadora, não pode ser outra senão: *aqueles que vendem sua força de trabalho em troca de um salário*, pois com esta noção se incorpora o *proletariado industrial*, o rural, o *proletariado precarizado*, o *subproletariado* moderno, o *novo proletariado* dos Mc Donalds e das *fast foods* de maneira geral assim como o *proletariado desempregado*, expulso do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reengenharia da acumulação flexível, hipertrofiando, com isso, o aumento do desemprego estrutural. Esta nova noção de proletariado exclui, por conseguinte, os *gestores do capital* (*staff* administrativo), seus *altos funcionários*, *detentores de uma função de controle* no processo de trabalho, de valorização e de reprodução do capital no interior das empresas, recebendo, por isso, rendimentos elevados. Estão excluídos também todos aqueles que de posse de um capital acumulado vivem da *especulação de juros*. Está excluída igualmente toda *pequena-burguesia urbana e rural proprietária*.

No entanto, é preciso retomar, neste momento do trabalho, a ampliação da classe burguesa realizada por Alain Bihr, uma vez que, para o autor:

Do mesmo modo que estendeu as fronteiras do proletariado além dos limites tradicionais da classe operária, o fordismo ampliou as da burguesia, integrando à classe dominante diferentes categorias de agentes que, por suas funções, personificam o comando do capital, ou seja, administram a sociedade submetendo-a às necessidades de sua acumulação, sem serem, no entanto, eles mesmos proprietários dos meios de produção: quadros superiores de empresas que garantem sua direção colegiada; alto pessoal administrativo dos aparelhos ou quase-aparelhos do Estado. Por outro lado, a socialização das antigas

funções capitalistas, e também o aumento da proletarização dos operários e dos empregados, levam ao desenvolvimento de grupos de quadros médios e de supervisores, inchando os efetivos do *staff* administrativo<sup>124</sup>.

Desta dupla ampliação, isto é, da ampliação dos limites da burguesia e do proletariado, surge aquilo que Alain Bihr designou como o embaralhamento entre capital e proletariado, o que não só complexifica a compreensão e a captura das possibilidades transformadoras no interior da sociedade, mas também a criação do sentimento, por parte do próprio proletariado, de pertencimento a uma classe.

Essa ampliação afetuada por Alain Bihr está também pressuposta na ampliação da noção de proletariado defendida por Ricardo Antunes, sobretudo quando exclui dela os gestores de trabalho. Contudo, é importante notar o que Michael Löwy escreve sobre o conceito de proletariado: “..o conceito marxista de proletariado é muito mais amplo. O proletariado é o conjunto daqueles que vivem da venda de sua força de trabalho<sup>125</sup>.” Tal transcrição se deve ao fato de que é um tanto diferente conceituar o proletariado como aquele que vive da venda de sua força de trabalho por um salário, como é o caso de Ricardo Antunes, da maneira como Michael Löwy define, isto é, como conjunto de pessoas que têm de vender a sua força de trabalho, uma vez que a definição de Antunes pode gerar a confusão (que está em total desacordo com o espírito de sua obra) de que somente os assalariados podem ser considerados como pertencentes à classe proletária. A confusão nasce porque no Brasil, normalmente, associa-se salário a um emprego com carteira assinada, ou seja, com estabilidade, e todo o esforço teórico de Ricardo Antunes é no sentido da ampliação da noção de proletariado para abranger todos os trabalhadores precarizados pela acumulação flexível, ou seja, sem carteira assinada. Portanto, a definição de Michael Löwy está mais de acordo com o espírito da obra de Ricardo Antunes, tendo em vista que não limita, em sua letra, a venda de força de trabalho à forma do salário.

Deste modo, mais oportuno do que pensar no fim do trabalho ou da classe trabalhadora é pensar, segundo Antunes, nos confrontos desencadeados pelos trabalhadores e por aqueles que são socialmente excluídos que vem ocorrendo no

---

<sup>124</sup> BIHR, A., *Da Grande à Alternativa*, p. 54-55

<sup>125</sup> LÖWY, M., *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*, p. 105

mundo, buscando, assim, detectar onde se encontra o maior potencial transformador<sup>126</sup>, apesar de todo embaralhamento entre capital e proletariado, sendo esta detecção uma das maiores dificuldades tanto para a teoria quanto para uma prática efetivamente revolucionária<sup>127</sup>. O autor, então, afirma que os segmentos mais qualificados ou intelectualizados dos trabalhadores que se desenvolveram ao longo do avanço tecnológico, marca da acumulação flexível, encontram-se numa posição *objetivamente* dotada de maior potencial transformador, uma vez que desempenham uma função mais central no processo de produção de mercadoria. Contudo, contraditoriamente, são justamente estes setores, os mais qualificados ou intelectualizados, que sofrem mais intensamente com a manipulação dentro do espaço produtivo, ou seja, são eles os principais alvos daquilo que foi designado como “envolvimento participativo” (que, na verdade, não passa de um envolvimento manipulador) através da criação de espaços para discussões sobre o trabalho, de comissões (recompensas por produtividade) e de participação nos lucros através de ações, estabelecendo, com isso, uma maior identidade com o capital e não com a sua classe<sup>128</sup>. É por este motivo que, mesmo possuindo *objetivamente* um maior potencial transformador, os trabalhadores mais qualificados ou intelectualizados não possuem *subjetivamente* o mesmo potencial, havendo um evidente decréscimo deste. No

<sup>126</sup> Ricardo Antunes escreve: “As recentes greves e as explosões sociais, presenciadas pelos países capitalistas avançados, especialmente na primeira metade da década de 90, constituem-se em importantes exemplos das novas formas de confrontação social contra o capital. São exemplos delas a explosão de Los Angeles, a rebelião de Chiapas no México, a emergência do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) no Brasil. Ou as inúmeras greves ampliadas dos trabalhadores, como a dos trabalhadores das empresas públicas na França, em novembro-dezembro de 1995, a longa greve dos trabalhadores portuários em Liverpool, desde 1995, ou a greve de cerca de 2 milhões de metalúrgicos na Coreia do Sul, em 1997, contra a precarização e flexibilização do trabalho. Ou, ainda, a recente greve dos transportadores da United Parcel Services, em agosto de 1997, com 185.000 paralisados, articulando uma ação conjunta entre trabalhadores *part-time* e *full-time*.” ANTUNES, R., *Os Sentidos do Trabalho*, p. 217.

<sup>127</sup> Ricardo Antunes afirma que um dos maiores desafios para qualquer movimento revolucionário de trabalhadores é justamente o de estabelecer um sentimento de pertencimento a uma classe: “Ao contrário, entretanto, daqueles que propugnaram pelo “fim do papel central da classe trabalhadora” no mundo atual (...), o desafio maior hoje da *classe-que-vive-do-trabalho*, nesta virada do século XX para o XXI, é soldar os laços de *pertencimento de classe* existentes entre diversos segmentos que compreendem o mundo do trabalho, procurando articular desde aqueles segmentos que exercem um papel central no processo de criação de valores de troca até aqueles segmentos que estão mais à margem do processo produtivo mas que, pelas condições precárias em que se encontram, constituem-se em contingentes sociais potencialmente rebeldes frente ao capital e suas formas de (des)socialização.” *Ibid.*, p. 191-192.

<sup>128</sup> Antunes escreve: “Lembre-se o lema da ‘Família Toyota’, no início dos anos 50: ‘Proteja a empresa para defender a Vida’”. *Ibid.*, p. 217.

entanto, acontece o inverso com os trabalhadores precários, parciais, temporários etc., tendo em vista que *objetivamente* não possuem o mesmo potencial transformador por não desempenharem uma função central no processo de produção de mercadorias, mas *subjetivamente* possuem um maior potencial transformador do que os trabalhadores mais qualificados ou intelectualizados, pois se encontram numa condição de completa exclusão, o que os coloca como sujeitos capazes de realizar ações mais ousadas, visto que têm muito pouco a perder.

Não é nenhum absurdo, por conseguinte, afirmar que atualmente há uma *lei inversa do potencial transformador*, pois parece que quanto mais *objetivo* é o potencial transformador de uma categoria de proletariado, menor é este potencial em sua dimensão *subjetiva*, devido a um maior envolvimento destes com o capital; mas, inversamente, quanto maior é o potencial transformador *subjetivo* de outra categoria do proletariado, menor se torna este mesmo potencial em termos *objetivos*, enquanto capacidade de “parar” o processo produtivo, o que resulta da sua exclusão. Em suma, o que se pretende é reconhecer e capturar teoricamente os campos de possibilidades transformadoras na sociedade.

Entretanto, o número de excluídos é cada vez maior, resultado da precarização do mundo do trabalho e do desemprego estrutural, criando, assim, a possibilidade de realizar um enorme impacto na sociedade civil, se for alcançada a sua organização. Com isso, pode-se transcrever uma passagem de Paulo Arantes:

...o atual milagre sociológico argentino, um movimento de desempregados, porém em greve de consumo da supracitada mercadoria-emprego. Simplesmente não querem mais ouvir falar desta merda, ou, nos termos mais polidos e incrivelmente precisos de um piqueteiro, rejeitando, num só tapa, a palavra-talismã que congrega em um só engodo de massas sociologia compassiva de esquerda, patrocinadores do Terceiro Setor e ‘atores’ da sociedade civil e agências governamentais em permanente estado de parceria: ‘Nós não queremos inclusão!’. Se a idéia se espalha – comenta seu interlocutor brasileiro – vai faltar mão-de-obra para ser explorada, mesmo nos indecentes subempregos de sempre, como se a essa altura da crise terminal da ordem salarial já não valesse mais a pena lutar para voltar a ser explorado, com ou sem carteira assinada, tal o nível e a violência da precarização subterrânea. Aliás, uma das linhas de força desse milagre (...) deriva da sabedoria social espontânea que foi juntando, no mesmo barco, do extravio econômico, desempregados,

precarizados e a nova categoria dos ‘okupas’ (trabalhadores que assumiram o controle das fábricas depenadas pelos patrões em fuga)<sup>129</sup>.

É por todos os motivos acima apontados que é possível escrever com Ernst Bloch: “O mundo está, antes, repleto de disposição para algo, tendência para algo, latência de algo, e o algo assim intencionado significa plenificação do que é intencionado. Significa um mundo mais adequando a nós, sem dores indignas, angústia, auto-alienação, nada<sup>130</sup>.”

Contudo, é importante atentar que a *lei inversa do potencial transformador* advém das novas clivagens que constituem e fragmentam o proletariado hoje. Isto significa não apenas que o proletariado contemporâneo se encontra “disperso”, numa situação semelhante a dos camponeses da Idade Média, conforme Marx e Engels escreveram na *Ideologia Alemã*, mas também que uma boa parte desta classe se encontra longe da produção direta de mercadorias. Desta situação talvez resulte, então, uma falta de visibilidade da totalidade histórica, dada a distância da grande maioria dos trabalhadores em relação aos centros de produção material. Em outras palavras, a totalidade histórica pode se tornar mais difícil de ser percebida e compreendida quando a produção material é cada vez menos realizada por seres humanos, o que faz com que os fatos apareçam isolados uns dos outros e, ainda, com que a própria realidade histórica apareça sem os seus produtores e, por via de consequência, sem sujeito. Logo, o fetiche da história bem como o da mercadoria também parecem entrar numa nova fase com acumulação flexível, visto que a história se tornou uma totalidade opaca, ou seja, de difícil visibilidade. Todavia, a história continua sendo produzida por seres humanos que agem e trabalham, o que se alterou talvez tenha sido a forma do seu fetiche. Em suma, a acumulação flexível parece ter alterado também a estética da totalidade histórica, fazendo com que esta surja com uma nova opacidade, pois oriunda das novas clivagens do proletariado. Neste sentido, a *lei inversa do potencial transformador* também diria respeito ao grau de fetichização de cada categoria do proletariado, ou ainda, ao grau de opacidade da totalidade histórica. Deste modo, quanto mais distante dos centros produtivos, mais

---

<sup>129</sup> ARANTES, P., *Extinção*, p. 205.

<sup>130</sup> BLOCH, E., *O Princípio Esperança vol. 1*, p. 28.

opaca se torna a totalidade, inversamente, quanto mais próximo da totalidade, menos opaca ela se torna. O problema é que quanto mais próximas as categorias do proletariado estão dos centros produtivos, maior tende a ser a sua cooptação salarial e, com isso, menor é o seu potencial transformador em termos subjetivos.

Entretantes, a distância e a proximidade em relação ao núcleo produtivo direto de mercadorias não possibilita pensar apenas na *lei inversa do potencial transformador*, mas também no critério para conhecer as categorias profissionais que constituem o proletariado. Assim, o privilégio ou a centralidade da perspectiva do proletariado não está apenas no fato de que, sob esta ótica, tanto a negatividade quanto a positividade do desenvolvimento das forças produtivas que constituem a realidade do capital se tornam mais claras, evidenciando, assim, as possibilidades objetivamente transformadoras, mas também porque a perspectiva do proletariado permite conhecer a realidade do capital a partir de seu fundamento ou de seu eixo fundante, a cisão originária entre os donos dos meios de produção e aqueles que, desprovidos dos meios de produção, têm de vender a sua força de trabalho, o proletariado. E é precisamente por fornecer à teoria o ponto arquimediano para o conhecimento da sociedade capitalista que tanto a sua realidade quanto as suas possibilidades transformadoras se tornam mais claras, uma vez que esta perspectiva viabiliza o conhecimento da referida sociedade a partir de sua contradição originária, a cisão entre proletariado e capital. Contudo, ainda que esta cisão seja fundamental para a compreensão teórica da realidade social do capital, esta mesma realidade não se resume a esta cisão, uma vez que qualquer teoria que se limite a esta perspectiva simplificará brutalmente toda complexidade da realidade social que pretende conhecer. Logo, a perspectiva do proletariado fornece apenas o fundamento ou o início para o conhecimento teórico das diversas categorias que se formam a partir da existência do próprio proletariado, sendo a proximidade e a distância destas categorias em relação ao centro da produção direta de mercadoria o critério para se conhecer as diferentes categorias existentes e constituintes do próprio proletariado.

Em suma, a perspectiva do proletariado é possível porque a cisão contraditória definidora da realidade social capitalista não foi abolida, apesar das intensas transformações que o proletariado sofreu tanto com o fordismo quanto com o

toyotismo; sendo possível tal perspectiva, o seu privilegio epistemológico consiste, primeiramente, em fornecer à teoria a perspectiva que se constitui como o fundamento da realidade social capitalista, a cisão entre os donos dos meios de produção e aqueles que têm de vender a sua força de trabalho; este privilégio epistemológico, então, funda-se igualmente não só na possibilidade de se compreender a *realidade* da sociedade capitalista a partir de sua cisão originária, mas também por possibilitar a compreensão de sua contradição fundante do capital (que também não foi superada pelas referidas transformações no mundo do trabalho) e, a partir desta, as suas efetivas *possibilidades* transformadores; esta perspectiva, através da leitura de Ricardo Antunes do capítulo seis (não publicado por Marx) de *O Capital*, também fornece o critério para a diferenciação das diversas categorias da classe proletária que se formam a partir da distância e proximidade do centro produtivo de mercadoria; por fim, este critério também permite analisar o potencial transformador de cada categoria do proletariado, constituindo, assim, aquilo que foi designado como a lei inversa do potencial transformador.

Mas, não é tarefa deste trabalho, nem poderia ser, iniciar o conhecimento da sociedade hodierna capitalista a partir desse critério, mas apenas, neste momento, de apontar e pôr em discussão tal critério, uma vez que o principal objetivo desse trabalho é conhecer a alienação contemporânea do trabalhador na nova realidade da acumulação flexível engendrada pelo toyotismo. E sobre esta é possível dizer que o que se assiste é a progressiva transformação da condição do trabalhador de mercadoria durável, dona de direitos que lhe permite usufruir de alguma estabilidade, em mercadoria consumível, facilmente substituível, pois quase desprovida de direitos. Logo, do mesmo modo que as coisas, para lembrar Hannah Arendt em *A Condição Humana*, que constituem a estabilidade e durabilidade do mundo, os bens duráveis ou os bens de uso, são tratados pela sociedade de consumo como bens de consumo (que tem nos alimentos seu maior exemplo), ou seja, aquele tipo de bem cuja utilização acarreta necessariamente a sua destruição, o que retira do mundo, por conseguinte, toda sua estabilidade e durabilidade; assim, tal qual as coisas duráveis produzidas pelo ser humano são tratadas pela sociedade de consumo como bens de consumo, o próprio trabalhador passa a compartilhar o mesmo destino das coisas que produz e

compra, uma vez que a acumulação flexível vem retirando deste quase todo traço de estabilidade e de durabilidade que caracterizou o trabalho na social-democracia fordista. Portanto, além da condição já alienante de mercadoria a que o trabalhador se vê reduzido no interior do capital, o trabalhador contemporâneo ainda vê a sua alienação ainda mais intensificada ao ser transformado em mercadoria consumível, facilmente descartável, pois quase desprovida de direitos, conforme dito acima. Com isso, a *taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias* passa a ser uma realidade sob a qual se encontra não apenas as mercadorias produzidas pelos trabalhadores, mas também o próprio trabalhador tem sua utilização por parte do capital reduzida a um mínimo e, com esta redução, a sua durabilidade ou a sua estabilidade no trabalho é praticamente abolida. É possível, então, ainda acompanhando Hannah Arendt, afirmar que do mesmo modo que a sociedade de consumo passa a consumir um vestido como quem consome um chocolate, ou um carro como quem consome uma refeição, esta mesma sociedade também consome os seus trabalhadores como quem consome um alimento, destinando-os à mesma obsolescência das coisas, ou das mercadorias, que produz<sup>131</sup>. Assim, analogamente ao que a referida autora observou, a acumulação flexível vive num impasse gerado entre a necessidade ilimitada de acúmulo e expansão por parte do capital e a necessidade de redução dos custos (ou encargos) trabalhistas, impasse cuja solução engendrada pelo toyotismo - esta é a sua novidade - reside no fato de deixar de tratar o trabalho como um bem durável para tratá-lo como um bem de consumo, facilmente substituível e de custo cada vez mais baixo, posto que cada vez mais sem garantias e vínculos trabalhistas.

A atual condição do trabalhador, a sua transformação em mercadoria consumível, é, em grande medida, semelhante àquela do trabalhador pré-fordista, do início da revolução industrial, e da primeira fase do fordismo (antes de 1929), ou seja,

---

<sup>131</sup> Hannah Arendt escreve: “Em nossa necessidade de substituir cada vez mais depressa as coisas mundanas que nos rodeiam, já não podemos nos dar ao luxo de usá-las, de respeitar e preservar sua inerente durabilidade; temos que consumir, devorar, por assim dizer, nossas casas, nossos móveis, nossos carros, como se estes fossem as ‘boas coisas’ da natureza que se deterioram se não fossem logo trazidas para o ciclo infundável do metabolismo do homem com a natureza. É como se houvéssimos derrubado as fronteiras que distinguiam e protegiam o mundo, o artifício humano, da natureza, do processo biológico que continua a processar-se dentro dele, bem como os processos cíclicos e naturais que o rodeiam, entregando-lhes e abandonando a eles a já ameaçada estabilidade do mundo humano.” ARENDT, H., *A Condição Humana*, p. 138.

desprovido de direitos, o que objetivamente se constitui como uma condição histórica explosiva. Contudo, esta semelhança ainda não se traduziu numa revolta ou mesmo numa revolução generalizada, mas, inversamente, o que se assiste é uma retomada de ideologias fundamentalistas religiosas, ou seja, um crescimento do número de adeptos de ideologias conservadoras. Em outras palavras, embora a atual condição histórica do trabalhador objetivamente propicie o desenvolvimento de visões de mundo emancipadoras, subjetivamente o que parece prevalecer é o aumento da adesão às visões de mundo religiosas e conservadoras. É importante lembrar neste momento que Ernst Bloch afirmava que ao lado do “tudo é possível” está o “nada é possível”. Marildo Menegat escreve sobre a insuportabilidade da alienação como condição à superação do capital:

De certa forma, o poder já é bastante insuportável; no entanto ele diluiu a compreensão dessa contradição, por uma razão inscrita na legitimação de sua lógica de funcionamento, evitando assim que essa contradição viesse a se tornar um pressuposto da sua destruição. Ocorre com mais freqüência o inverso, ou seja, o poder insuportável torna-se onipotente: ou ele e a destruição, ou apenas a destruição. (...) Desse homem sobrevivido, assujeitado em torno dos tormentos do aumento vertiginoso do poder das mercadorias sobre sua livre escolha, temos ao final um ser adaptado às formas germinais da barbárie<sup>132</sup>.

Por quê? Por que a precarização do mundo do trabalho não explode numa mobilização revolucionária? Ou ainda, por que a redução do trabalhador à condição de mercadoria consumível, descartável, não engendrou no proletariado uma cultura ou ideologia emancipadora? Para responder a esta pergunta é necessário compreender a subjetividade do trabalhador tornado também consumidor a partir de 1929. Para tanto, é preciso compreender o ser humano no que diz respeito à sua psique, ou seja, no que se refere à sua vida mental. É preciso, então, ir além da concepção tradicional de ser humano tal como empreendida normalmente pelo materialismo histórico, pois não é suficiente compreender o ser humano apenas enquanto ser social e produtivo. Tal fato se dá porque houve um grande avanço na compreensão do ser humano a partir da obra Sigmund Freud. Assim, enquanto este autor possibilita a compreensão do ser humano em sua vida mental, o materialismo histórico possibilita a

<sup>132</sup> MENEGAT, M., *O Olho da Barbárie*, p. 36.

compreensão do ser humano enquanto ser social produtivo, seja esta produção material ou espiritual. Logo, as condições subjetivas do ser humano, a partir de Freud, ganham uma dupla dimensão: a ideológica e a psíquica. Em outras palavras, o elemento subjetivo do ser humano cinde-se num âmbito que diz respeito às suas visões de mundo e num âmbito que se refere à sua vida mental. Com isso, não se está querendo dizer que estas duas dimensões estejam separadas, uma vez que esta separação é apenas teórica e não real; o que se pretende é apenas pensar a supra-sunção ou superação da psicanálise pelo materialismo histórico a partir da nova realidade de extração da produção, a acumulação flexível, e do advento da sociedade de consumo depois de 1929. O próximo capítulo vai procurar compreender, por conseguinte, os motivos pelos quais o poder do controle heterônomo capitalista é *de certa forma*, como escreve Marildo Menegat na citação acima, insuportável, ou seja, o problema do capítulo seguinte é justamente entender este *de certa forma*.

Mas, o que se pode depreender do que foi dito até este momento é a possibilidade de se pensar o primeiro elemento da alienação contemporânea e, conseqüentemente, o primeiro elemento de sua teoria: a *obsolescência*. Portanto, a alienação que caracteriza a acumulação flexível é marcada não só pela obsolescência das mercadorias que produz, mas também a dos trabalhadores precarizados pelo referido modo de acumulação. A acumulação flexível e o advento da sociedade de consumo, então, têm como sua marca uma alienação que se tornou igualmente flexível, alienação esta que, ao contrário da alienação rígida fordista, é fundamentalmente marcada pela obsolescência. No entanto, resta ainda compreender melhor a flexibilidade da alienação hodierna e, para tanto, torna-se necessário o estudo do seu segundo elemento: o *prazer*. E é justamente a compreensão do prazer como o segundo elemento da alienação contemporânea que possibilita igualmente a compreensão das razões pelas quais o controle (ou poder) heterônomo do capital é apenas *de certa forma* insuportável.